



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4^{MASSAS}

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 428 - DE 26 DE FEVEREIRO A 11 DE MARÇO DE 2012 - R\$ 3,00

O imperialismo aperta o cerco contra o Irã e Israel aumenta o tom das ameaças bélicas. É dever da classe operária, dos povos oprimidos e da juventude oprimida levantar a luta antiimperialista e anticapitalista. Abaixo a ofensiva econômica e militar dos Estados Unidos, Inglaterra, França e Israel contra o Irã! Pela autodeterminação das nações oprimidas!



Queda econômica, estagnação, recessão, desemprego massivo, dívida pública, inflação, déficits, etc. passam a determinar os passos do governo Dilma. Não há dúvida de que responderá aos monopólios atacando as bases da economia nacional e as massas.

O POR alerta a classe operária e demais explorados sobre a inevitabilidade da crise mundial arrastar o Brasil para o precipício. As reivindicações transitórias de defesa do emprego e salário ganharão cada vez mais importância. O salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste, a escala móvel das horas de trabalho, a estabilidade no emprego, trabalho e escola para a juventude e controle operário da produção são imprescindíveis para unificar os explorados e capacitá-los à luta pelas reivindicações anticapitalistas e antiimperialistas.



Estudantes da USP: somente a greve pode impedir o avanço da repressão e as medidas elitistas/privatistas



Prefeita Luzianne Lins/PT reprime a greve da AMG com demissões. Atendimento das reivindicações e readmissão imediata dos trabalhadores!

Oposição revolucionária a Dilma

Para onde vai a economia brasileira

Estamos no final de fevereiro e o Ministério da Fazenda não publicou o resultado final do crescimento do País em 2011. Mas tudo indica que os cálculos do Banco Central que chegam à elevação do Produto Interno Bruto (PIB) a 2,75% podem ser definitivamente confirmados. O resultado é surpreendente. O governo previa uma alta de 4% a 5%. A diferença é enorme. O que mostra o otimismo subjetivo dos responsáveis pela política econômica.

Menos absurdo foi erro de previsão da Confederação Nacional da Indústria (CNI): estimava 3,8% de incremento no PIB. Mesmo assim, 1% é muito significativo. Há que se referir também ao disparate da estimativa da CNI quanto à atividade industrial. Calculava um crescimento de 3,2% e, de fato, foi de 1,8%, ou seja, 1,4% a menos. É bem possível que os líderes empresariais se equivocaram não devido ao excesso de otimismo subjetivo, mas porque não puderam controlar com precisão as variantes da crise mundial e seus impactos sobre o Brasil.

O fundamental da diferença entre o governo e os empresários é que o primeiro não deu importância ou desconsiderou arbitrariamente os sinais das tendências recessivas indicadas nas potências. Nota-se que a administração petista sabe que suas previsões estão longe da realidade, mas as fazem para convencer os assalariados e a classe média a continuarem se endividando e consumindo.

Os empresários não se importam com as estimativas ilusórias de seu governo, desde que não os atinjam. Têm seus próprios cálculos. Vão investir, ampliar ou reduzir seus negócios de acordo com suas premissas, que também podem estar distantes das tendências reais, uma vez que o capitalismo não permite um planejamento central e impera em última instância a anarquia da produção social. Por mais sofisticado que sejam os meios de planejamento no interior das fábricas, das corporações e mesmo dos ramos, não é possível aos capitalistas regular cada um por si seus negócios e assim evitarem a superprodução. No mercado, prevalecem as disputas pela venda, que por sua vez se convertem em guerra comercial.

Para 2012, o ministro da Fazenda, Guido Mantega continua com seu papel de incentivar os capitalistas a não retraírem seus investimentos. Acredita que, se depender dele, ou seja da vontade do governo, o PIB terá um incremento não abaixo de 5%. A CNI continua comedida, prevendo 3%. Calculados sobre a base de 2011, a queda permanece. Quanto à expansão da produção industrial, diz a CNI que irá chegará a 2,3%. No entanto, os capitalistas não garantem que o emprego nas indústrias crescerá.

O certo é que as tendências recessivas continuam a imperar e parece que não serão debeladas tão rapidamente. O jogo dos números é grande. A ONU estima 2,7%, o FMI 3%, o Banco Central do Brasil, 3,5%, os bancos 3,3% e o governo 5%. A situação de crise possibilita as dissonâncias. Mas é difícil levar a sério as previsões do Ministério da Fazenda. Todas as demais estimativas apontam para o baixo crescimento.

Os economistas na sua maioria e a CNI atribuem o baixo

desempenho de 2011 a medidas “macroprudenciais”, que taxaram o capital financeiro e prejudicaram o crédito. Temendo as pressões inflacionárias, as autoridades decidiram travar o crediário. Mas a febre do organismo não se confunde com a infecção, embora seja uma decorrência dela. As manobras de política econômica ajudam em certa circunstância a baixar ou elevar a febre. O Banco Central pode diminuir ou aumentar a taxa Selic. O ministro Mantega ora é instado a taxar esse ou aquele setor, ora a subsidiá-lo. Ora compra dólares e aumenta artificialmente as reservas cambiais, ora deixa de comprá-los em grande quantidade, objetivando regular a também artificial taxa de câmbio. Auxilia uma parcela dos exportadores e coloca obstáculos a uma de importadores. Aumenta a dívida pública com novos títulos e procura reduzi-la rebaixando a Selic.

Nota-se que o governo se arrasta por trás dos fatos e das contradições. O desenvolvimento da crise ainda tem permitido a dança empírica da política econômica, ora aprovada pela burguesia, ora criticada por alguns setores pouco beneficiados. Mas nada do que tem feito e do que possa fazer tem evitado ou evitará a marcha da recessão. Isso porque não depende de nenhum país isolado, muito menos do Brasil, se comparado com o poder das potências.

Em 2008, o presidente Lula estava exultante com o crescimento que prometia 7,5%. Seria a glória do caudilho. A bancarrota das subprimes nos Estados Unidos, porém, anunciou que o capitalismo mundial chegara ao auge da superprodução e da gigantesca especulação financeira. A Lula custava crer o que os olhos viam. O seu cérebro de político burguês, que um dia foi cérebro de operário sindicalista burocrático, não admitia o que a própria burguesia apreensiva via.

Não se tratava de uma simples indisposição dos Estados Unidos. A queda econômica e financeira foi brutal. Imediatamente, interrompeu em novembro o crescimento virtuoso da economia brasileira. De 7,5% quase assegurado, caiu para 5,2%. No ano seguinte, o governo ainda acreditava que tudo voltaria à normalidade, a interrupção tinha sido curta. Resultado de 2009, crescimento quase zero (0,6%). As medidas lançadas pelas potências para estancar a quebradeira, que ameaçava o sistema financeiro internacional, e as do governo brasileiro deram um fôlego às atividades econômicas em 2010. Parecia que a crise estava com os dias contados.

O governo petista se vangloriou das ações “anticíclicas” de Lula – 7,5% foi o crescimento, mas sobre a base de 0,6% do ano anterior. Novamente despencou para 2,75% em 2011. Ocorre que a economia mundial atua por cima das economias nacionais, como uma poderosa unidade.

Trilhões de dólares foram destinados pelas potências para manter em pé os maiores bancos e amenizar a queda da econômica. Porém, 2011 foi tomado pelas turbulências na União Européia, que adentraram o novo ano sem perspectiva de solução a curto prazo. A esperança está depositada no pequeno reanimamento dos Estados Unidos e nos esforços do governo chinês de adiar a descida. Porém, as dificuldades imensas dos

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Estados Unidos não foram superadas e a China não tem como sustentar o fabuloso crescimento, com a União Europeia reduzindo suas importações.

As massas europeias estão com o chão a tremer sob seus pés. Vêm-se obrigadas a sair em luta aberta contra os governos. Não é o que se passa no Brasil, é verdade. A taxa de desemprego permanece baixa, se comparada a situações anteriores. A população ainda salda seus empréstimos. A enorme miséria tem sido encoberta pelo crescimento econômico da última década e pelo assistencialismo adotado desde o governo neoliberal de FHC. O capital financeiro internacional tem tido grandes oportunidades no Brasil. Passou a ocupar mundialmente a 4ª posição. As multinacionais compram empresas e abrem novos negócios, ao lado da aplicação especulativa na Bolsa de Valores.

Não obstante os desequilíbrios avançam motivados pela crise geral. A entrada de 66,66 bilhões de dólares em 2011 chamou a atenção dos economistas. Isso porque 46,6% destinaram-se ao setor de serviços e 38,6% para a indústria. A agropecuária contou com 8,8%. Na indústria, a mineração concentrou a maior fatia – 10,4%. Os serviços e commodities atraíram a maior parte dos investimentos estrangeiros. Evidentemente, o capital corre para onde tenha maior possibilidade de lucro. O que na situação de crise expressa os desequilíbrios e os potenciais.

Tudo indica que a indústria continuará em baixa. A importação de manufaturas e exportação de commodities recolocaram o Brasil na sua condição de fornecedor de matérias primas, alimentos e semimanufaturado, depois de passar pela breve ilusão de que poderia vir a ser grande exportador de bens de “alto valor agregado” (manufatura produzida com alta tecnologia). As multinacionais pressionam para que o País continue a elevar as importações. E setores da burguesia nacional exigem do governo protecionismo seletivo. A guerra comercial apenas começou.

Mas não somente esse aspecto mereceu a análise crítica sobre a invasão de capital. Verificou-se que os investidores externos expatriaram 14,74 bilhões de dólares. Considerando o montante geral de 579,62 bilhões, calculado pelo Banco Central, aplicados no Brasil, os lucros e dividendos enviados para fora do País atingiram a cifra de 39,97 bilhões de dólares. Chama a atenção o crescimento de 27,8% em relação ao ano de 2010. Em forma de Investimento Estrangeiro Direto (IED), chegaram 66,66 bilhões de dólares e saíram em forma de lucros e dividendos quase 40 bilhões de dólares. Esses gigantescos montantes refletem a crise mundial, com o capital parasitário se deslocando em busca de valorização e arrancando o que puder em forma de lucro e dividendo.

Como se pode ver, parte do crescimento do PIB brasileiro se deve a tais artifícios, que tendem a se esgotar. A previsão do Instituto Internacional de Finanças (IIF) é de que a crise europeia reduzirá o fluxo de capitais para os países semicoloniais (aos considerados emergentes). Em 2011, o IIF apurou um fluxo de 910 bilhões de dólares, em 2010, alcançou o montante astronômico de 1,04 trilhão de dólares e em 2012 descenderá a 746 bilhões de dólares, portanto, uma substantiva queda.

Enquanto o Brasil continuar com a possibilidade de sustentar algum crescimento e as contradições internas não se agra-

varem, serve de escoadouro para o capital internacional. Mas tudo indica que a “sustentabilidade” declina. Verifica-se que o Brasil precisa de altas quantias externas para cobrir o déficit do balanço de conta corrente, que vem crescendo nos últimos anos. O déficit em 2011 foi de 56,2 bilhões de dólares, avaliado como o maior desde 1947. A entrada de 66,66 bilhões cobriu o buraco da conta externa. Caso continue a aumentar o desequilíbrio no balanço de conta corrente e o capital imperialista se retraia, o que é uma possibilidade concreta, as tendências recessivas avançarão com maior rapidez no Brasil e com ela os desequilíbrios “macroeconômicos”.

Outros fatores pesam negativamente. Entre eles, o crescimento da dívida pública em 2011 em 10,17%. Sofreu um acréscimo de 172,31 bilhões de reais, passando para 1,87 trilhão de reais. O impulso não foi dado pelo lançamento de novos títulos públicos. Pelo contrário, houve um resgate líquido de 39,2 bilhões de reais, caso contrário o aumento aproximaria a dívida à casa dos 2 trilhões de reais, segundo informação.

De fato, o peso da dívida pública sobre a economia constitui um brutal obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas internas. Em 2011, estimou-se que, entre juros e pagamento de parcela da dívida, o Tesouro despendeu 25% do PIB, em valores absolutos 954 bilhões de reais. Está aí por que os encargos da dívida ocupam quase 50% do Orçamento da União, minguando assim a capacidade de investimento do Estado e obrigando-o a consumir parasitariamente boa parte das riquezas produzidas na forma de impostos. Os banqueiros nacionais e internacionais não têm do que se queixar, o dinheiro jorra sem parar de seus cofres. Não por acaso, o Banco Central reconhece que o setor financeiro responde por 15,1% dos recursos utilizados pelas multinacionais. Os bancos estrangeiros vêm ganhando terreno na última década, a exemplo do Santander, HSBC, Citibank, Deutsche Bank, etc. E os bancos nacionais se potenciaram por meio da concentração.

Em 2011, o fechamento de fábricas, transferências de unidades e demissões voltaram aos noticiários econômicos e a alertar o movimento sindical. Por enquanto, foram tão-somente alguns sintomas de que a crise de superprodução e de que a guerra comercial se manifestam no Brasil, na forma de destruição de forças produtivas.

Em 2003, a taxa oficial de desemprego era de 12,4%, em 2011 ficou na casa de 6%. A redução de 50% demonstra o reanimamento econômico sob os governos petistas. Mas, em relação a 2010, houve uma queda de 23,5% na criação de novos empregos, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Ou seja, de 2,543 milhões, caiu para 1,944 milhão de novos postos de trabalho. A indústria é que mais demitiu. É bem provável que o drama das demissões em massa e do desemprego volte a assombrar os assalariados.

A política econômica neoliberal de FHC foi talhada para a situação de crise. No centro estava a dívida externa, o descontrole inflacionário, a estagnação e o alto desemprego. O Plano de Estabilização foi estruturado de acordo com as diretrizes do capital financeiro e das multinacionais, que culminou com o entreguismo sem paralelo, por meio das privatizações e da abertura de mercado.

A política econômica de Lula e Dilma, disfarçada de antineoliberal, não rompeu a coluna vertebral do antecessor, apenas a

adaptou à retomada econômica. Não há nenhuma medida que se caracterize pela defesa da economia nacional. Pelo contrário, o governo de Lula ampliou a penetração do capital imperialista e fortaleceu o parasitismo do capital financeiro. Os últimos arroubos de protecionismo e de ingerência do Estado para que os capitalistas utilizem peças produzidas internamente não passam de caricatura nacionalista do governo petista.

A esquerda que esperava um forte movimento nacional-desenvolvimentista acreditava na possibilidade de setores da burguesia nativa protagonizar uma espécie de nacionalismo modernizante, “democrático e popular”. O resultado comprova que qualquer que seja o governo burguês terá de manter a política econômica pró-grande capital e pró-imperialista.

A eclosão da crise mundial em 2008 pôs fim à ilusão e à farsa de que o PT e sua coalizão partidária haviam inaugurado uma nova etapa política e econômica do Brasil, deixando para trás o neoliberalismo, ou seja, as diretrizes ditadas pelas potências. Os desequilíbrios anteriores estão se restabelecendo. E se manifestarão com muito mais força. A privatização dos

aeroportos rasga mais uma das peles que mascaram a submissão dos governos petistas ao grande capital nacional e internacional.

Queda econômica, estagnação, recessão, desemprego massivo, dívida pública, inflação, déficits, etc. passam a determinar os passos do governo Dilma. Não tenham dúvida que responderá positivamente aos monopólios atacando as bases da economia nacional e as massas.

O POR com suas forças embrionárias tem feito um trabalho de propaganda e agitação alertando a classe operária e demais explorados sobre a inevitabilidade da crise mundial arrastar o Brasil para o precipício. As reivindicações transitórias de defesa do emprego e salário ganharão cada vez mais importância. O salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste, a escala móvel das horas de trabalho, a estabilidade no emprego, trabalho e escola para a juventude e controle operário da produção são imprescindíveis para unificar os explorados e capacitá-los à luta pelas reivindicações anticapitalistas e antiimperialistas.

Aeroportos

Privatismo peculiar do governo petista

O PSDB acusa insistentemente de ter sofrido um estelionato político pelo governo de Lula. E não se trata de um ou outro aspecto secundário. Ou seja, Lula e o PT desbancaram Fernando H. Cardoso do poder fazendo oposição ao Plano Real, às privatizações, ao assistencialismo e, enfim, ao seu neoliberalismo. No entanto, reclamam os peessedebistas, Lula se aproveitou da obra de Fernando H. Cardoso e da estabilização que se seguiu às medidas econômico-financeiras de seu governo. A única herança que o PSDB não reconhece é a do mensalão, que foi implantado por Eduardo Azeredo e o empresário Marcos Valério. Mas não é preciso, uma vez que está provado que até nisso o PT copiou o PSDB.

Esse assunto veio à tona não por acaso, mas em virtude das privatizações dos aeroportos acionadas pela presidente Dilma Rousseff e seu vice Michel Temer, do PMDB. O jornal O Estado de São Paulo em tom de triunfo estampou no editorial: “A primeira privatização petista”. Começa assim: “O governo petista fez, afinal, sua primeira grande privatização, entregando três dos principais aeroportos do País – Guarulhos, Viracopos e Brasília – a consórcios com participação de capitais brasileiros e estrangeiros.”

O advérbio “afinal” indica em tom de zombaria que demorou um pouco, mas o PT se desmascarou de seu antiprivatismo oportunista. Pequenas privatizações já haviam sido promovidas pelos petistas, mas que não podiam servir de medida diante das gigantescas privatizações de FHC. Agora, sim, os aeroportos não são quaisquer coisas, como não foram os portos, telefonias, mineradoras, siderurgias.

Fernando H. Cardoso aproveitou para retomar a tese de que a privatização não tem a ver com ideologia, tratando-se tão somente decisão econômico-financeira. Ou seja, o capitalismo é capitalismo, privatizar ou estatizar depende da necessidade da burguesia. Essa é a explicação do estelionato. Os petistas fizeram de sua oposição ao privatismo neoliberal de FHC uma ideologia. Mas uma vez no governo, puseram de lado a sandi-

ce verbal. O PT mostrou destreza em atender às pressões do grande capital.

Dilma Rousseff entregou os aeroportos para um consórcio de capitalistas nacionais e internacionais, regados pelos fundos de pensão de estatais e escorados no BNDES. No entanto, os petistas dizem que não houve privatização, mas apenas concessão. Os porta-vozes da burguesia se divertiram com a tentativa dos pretensos reformadores do capitalismo de se diferenciarem do PSDB e esconderem a materialização de seu espírito burguês.

O PT filisteu não terá como nas próximas eleições levantar a bandeira esfarrapada do anti-neoliberalismo e do anti-privatismo. Na política burguesa, há os francos defensores de posições pró-imperialistas e os camuflados, que se fantasiam de reformistas, progressistas, democráticos e populares.

Dilma Rousseff e Guido Mantega são obrigados a dar explicações

Certamente, o governo optou por um “modelo” de privatização que não agradou aos grandes investidores. Queriam uma entrega total, liquidando a Infraero. Ou então que a estatal ficasse numa posição bem minoritária. O “modelo” adotado foi o de conservar 49% das ações nas mãos do Estado.

Dilma decidiu assim quebrar o monopólio da Infraero e atrair sócios no formato de um consórcio. Foi exatamente o “modelo” adotado por Fernando H. Cardoso para privatizar a Petrobrás. Nem assim o governo petista inovou. Além disso, os investidores apostavam em comprar a concessão a preço irrisório. Mas o leilão foi tão concorrido que os compradores mais cotados ficaram para trás. O modelo de Dilma deu preferência ao quem dá mais e não ao quem praticará a menor tarifa, como já havia ocorrido na concessão de rodovias pelo governo de Lula.

Surpreendentemente, o consórcio Invepar deu lances de 673,4%, 373,5% e 159,8% acima da base inicial de 4,45 bilhões

de reais, alcançando a cifra de 24,5 bilhões de reais. Como se vê, o governo estabeleceu um valor de venda ínfimo, que, se não fosse o interesse dos capitalistas ávidos para utilizar seus capitais em negócios lucrativos, os aeroportos seriam praticamente presenteados.

A Invepar associou-se a Acsa da África do Sul, a Egis Airport francesa e a Corporación América de capital argentino e outros e bancou um ágio que desnortou os mais poderosos grupos nacionais e estrangeiros, também consorciados, que não acreditaram nos atrevidos lances. Sobreveio a suspeita de que o governo havia manipulado o resultado em favor dos Fundos de Pensão (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Petrobrás) e da empreiteira OAS e que os valores dos lances não permitem a rentabilidade, de maneira que as tarifas terão de ser elevadas.

O Conselho Internacional de Aeroportos que representa as mais poderosas companhias mundiais considerou que a via escolhida para privatizar não atenderá às necessidades de ampliação da capacidade dos terminais brasileiros até a Copa do Mundo, culpou em grande parte Lula por ter retardado o processo. Outra organização empresarial do capital internacional, lata, acusou o leilão de falta de transparência.

A disputa comercial pelo controle dos aeroportos e as acusações de manipulação demonstram o quanto importante são os transportes, um dos setores de serviço em expansão no Brasil. Dilma foi obrigada a esclarecer sua conduta, para mostrar que estava isenta de jogadas. O ministro Mantega se reuniu com os vencedores para lhes pedir explicações e para fazer um gesto de prestação de contas aos perdedores. Ouviu que as contas foram feitas e que os aeroportos serão muito lucrativos.

Esse trâmite não teria a menor importância política se não refletisse o quanto o leilão configurou uma privatização de alto interesse para o capital internacional. O governo Dilma deu um passo sem volta no sentido do entreguismo. Não importa que o vencedor tenha os Fundos de Pensão como pilar nacional, nem que os seus associados estrangeiros não sejam os mais poderosos para que a quebra do monopólio estatal sobre os aeroportos expresse um conteúdo anti-nacional e pró-imperialista.

Gostando ou não do “modelo” petista, a burguesia elogiou a coragem de Dilma de romper a hipocrisia da não-privatização. A CUT e o Sindicato dos Aeroviários deram alguns latidos e terminaram sua oposição com alguns ganidos que poucos ouviram em frente da Bolsa de Valores. Os investidores ainda têm uma porção de aeroportos para abocanhar. O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, está doidinho para fazer o seu leilão.

A classe operária, a juventude e a população brasileira têm pouca tradição de luta antiimperialista. O Brasil semicolonial passou por uma breve experiência de nacionalismo burguês com o varguismo. Esse fracassou terminantemente, escancarando o País para a penetração das multinacionais. O golpe militar de 1964 interrompeu o conflito interburguês em torno do nacionalismo, comedido, diga-se de passagem, e do voraz entreguismo.

Os governos militares com uma mão conservaram aspectos do nacionalismo e com outra atenderam aos interesses do capital internacional. Os governos “democráticos” que os sucederam sequer ousaram retomar o nacionalismo comedido.

ram sequer ousaram retomar o nacionalismo comedido.

O PT social-democrata parecia que iria dar algum trabalho ao grande capital com suas teses advindas do estalinismo moribundo e da esquerda nacionalista pequeno-burguesa que restou do período varguista. Foi somente aparência, logo o PT, atado ao caudilhismo de Lula, estava carcomido pelo financiamento eleitoral despendido pelas grandes empresas e bancos.

Não houve um só acontecimento em que o PT e sua burocracia sindical afrontassem o grande capital. A privatização dos aeroportos é consequência natural de sua política de criar oportunidades para os ricos ficarem mais ricos.

Os pobres? Esses são apresentados como os grandes ganhadores da dinâmica econômica do capitalismo. A crise que avança, porém, está se encarregando de desmontar a farsa do governo democrático e popular, ainda cultuados por uma parte da esquerda petista.

É muito importante denunciar o conteúdo pró-imperialista do governo petista e o servilismo da burocracia sindical às multinacionais. Temos a convicção de que o proletariado se deparará cada vez mais com as forças econômicas do imperialismo e da burguesia nacional a ele consorciada. Começará pelas reivindicações fundamentais e evoluirá para a tarefa de expropriação revolucionária da grande propriedade dos meios de produção.

A luta contra as privatizações não tem um fim em si mesma. Tão-somente serve para as massas se levantarem contra o imperialismo e seus lacaios nacionais e avançarem para o programa da revolução e ditadura proletárias.

Adquira com o distribuidor deste jornal:



A crise afeta o Brasil: os explorados precisam responder com luta

Bolivia: Origem e papel do MAS (Guillermo Lora)

Dez anos da ocupação imperialista no Afeganistão

Os EUA no centro da crise capitalista

Argentina: Responsabilidade do PO na constituição da Frente de Esquerda e dos Trabalhadores

A crise grega e a luta de classes na Europa

Socialismo Científico
Revista teórica do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Ano XV - nº 13 - Janeiro/Junho de 2012

O processo de constituição da Frente de Esquerda em Natal/RN

A constituição da frente de esquerda no Brasil tem sido uma estratégia do morenismo (PSTU), que busca a formação de um bloco com os partidos que reivindicam do socialismo, e o chamado se dirige ao PSOL, PCB e às vezes ao PCO. Para o morenismo, esses socialistas são aqueles que mais votos possuem dentro do processo eleitoral. Basta apenas um acordo entre as cúpulas desses partidos para consolidar a frente. Divergindo desse processo, o POR sempre colocou a necessidade de plenárias abertas que discutissem um programa e as candidaturas para preparar a intervenção revolucionária nas eleições burguesas. Aqui, no RN, esse processo se deu diferente. Não é o PSTU que tem conduzido o processo de discussão para a formação da frente. O que justifica o chamado a todas as correntes políticas de esquerda, movimentos sociais e independentes. Os debates sobre a constituição de uma frente de esquerda no RN originaram-se a partir de discussões na UFRN através de um coletivo de professores (alguns ligados ao PSOL e outros se dizem independentes), para a formação de “um projeto para Natal”, como alternativa ao que está posto entre os grupos oligárquicos, o continuísmo de Micarla de Souza (PV) e a alternativa petista do deputado Fernando Mineiro.

Não negamos a importância desse processo democrático, no entanto, esta frente não pode ser utilizada como forma de pressão entre o PSOL e PSTU, que, por não terem conseguido chegar a um acordo de cúpula para suas candidaturas, tentam usar os seminários para mostrar quem tem mais força eleitoral. O POR defende a constituição de uma frente em que todas as decisões sejam submetidas à votação, portanto o respeito as decisões coletivas, bem como o direito de independência dos partidos em manter suas posições e críticas.

O 1º seminário

Ao ser organizado o primeiro seminário em dezembro de 2011, o POR participou reafirmando a importância da constituição de uma frente que utilizasse o processo eleitoral como um instrumento para mobilizar e organizar as massas e ao mesmo tempo denunciasse o processo eleitoral como um meio da burguesia para resolver as suas diferenças. Trata-se de uma intervenção para mostrar que a democracia burguesa jamais estará a favor dos explorados. Procurando, assim, quebrar as ilusões democráticas hoje existentes e apresentando um programa e candidaturas que mantivessem a independência de classe.

Estiveram presentes o PSTU, PSOL, a Consulta Popular, POR, entre outras organizações de movimentos e independentes. A discussão foi sobre a conjuntura e a necessidade da unidade dos setores oprimidos. O importante de comum entre os partidos foi a afirmação de que as eleições não mudam a vida dos trabalhadores. Discutiu-se também a necessidade de elaboração de um programa que não fosse uma plataforma eleitoral, mas que apresentasse resposta para os trabalhadores através da organização. E que as candidaturas deveriam estar

submetidas ao programa, que deveriam ser candidatos pela frente os que melhor defendessem o programa e que estivessem vinculados à luta dos trabalhadores. O seminário concluiu com a deliberação de que o segundo fosse organizado constando a seguinte pauta: programa, candidaturas, lutas.

No seminário, o PSTU que já anunciava o lançamento da pré-candidatura do Prof. Dário e da Prof. Amanda Gurgel interveio defendendo que fosse dado o direito de independência aos partidos. Neste ponto tivemos acordo com o PSTU, no que se refere ao direito de liberdade dos partidos, no entanto, percebia-se que o partido pretendia era impor suas candidaturas antes mesmo de definir-se qualquer programa. Já neste primeiro momento, o PSTU vive um dilema eleitoral. Sua posição no seminário exprimiu seu apego ao eleitoralismo. É importante deixar claro que em nenhum momento no seminário o PSTU se posicionou sobre o fato de que as decisões da frente devem ser coletivas, inclusive as candidaturas. O PSOL reclama o fato do PSTU estar lançando suas candidaturas, enquanto estamos discutindo a construção de frente.

O 2º seminário

O segundo seminário contou com um número bem maior que o primeiro. A coordenação da mesa, tanto no primeiro quanto no segundo, foi feita pelo grupo de professores da universidade que se dizem independentes.

Foi aberto para os partidos apresentarem suas posições sobre a eleição. Inicialmente esse espaço foi dado apenas aos partidos “legalizados” que estavam presentes PSOL e PSTU. O POR reivindicou sua exposição e foi aceito pelo plenário. Abrimos as exposições reafirmando a importância da participação no processo eleitoral para os revolucionários. Que esta frente deveria estar colada às lutas que estão por vir neste semestre e diante da crise econômica do capitalismo só reserva para os trabalhadores e oprimidos desemprego, fome e miséria. Para responder a isso, os trabalhadores devem se organizar pelo método da ação direta.

O PSTU foi o segundo e expôs sua proposta para a cidade de Natal, destacando problemas enfrentados na saúde, educação e transporte público. Uma plataforma para as eleições. O PSOL foi no mesmo caminho apresentou dados em slides sobre os bairros que têm mais postos de saúde, sobre transporte público e urbanização, etc. Também para que em base a isso fosse apresentado uma plataforma eleitoral.

Novamente ficou evidente a luta eleitoral entre o PSTU e PSOL. Discutiu-se que deveria haver credenciamento para que as pessoas não viessem apenas votar nas candidaturas. Isso deixa claro o rumo eleitoral que ambas querem dar à Frente. O PSTU, nas poucas intervenções, as fez de forma centralizada no discurso. Sua grande “preocupação” era de que “a frente não poderia se rebaixar ao nível das massas”. Todo esse discurso, quando dias antes, a sua candidata Amanda Gurgel tinha, em entrevista à imprensa local, acabado de rasgar e jogar na

lata do lixo o programa mínimo defendido pelos morenistas do PSTU como forma de facilitar o diálogo com as massas: afirmou que irá “pavimentar o acesso do povo à Câmara” e “as pessoas hoje não se sentem à vontade de assistir uma sessão. A ideia é termos a vigilância popular sobre o legislativo”, e que para isso, já tinha feito os cálculos que o PSTU precisa de 17 mil votos. Por isso, que o discurso na plenária ficava abstrato.

O PSOL novamente denunciou o PSTU pelo fato de já ter lançado as suas candidaturas e, assim, levar vantagem no processo eleitoral, pois seus nomes já estão nas ruas e que atitude do PSTU é um desrespeito às decisões coletivas do processo de construção da frente.

Não foi aprovado programa e nem as candidaturas. Ficando para o terceiro seminário.

O POR defende a participação nas eleições como uma tática a ser utilizada pelos revolucionários com o objetivo de se aproximar das massas, que, neste período eleitoral, é conduzida pe-

Bahia

Opressão social e exploração capitalista no elitizado carnaval da Bahia sob a conivência e estímulo do governo de Jaques Wagner (PT)

Após afogar a greve da PM com repressão, prisões de lideranças, ameaças e pressão sobre os policiais resistentes, com a intervenção do exército e da força nacional de segurança, o governo do PT mostrou seu verdadeiro caráter: um governo burguês a serviço dos capitalistas, da ordem e da propriedade privada. A pressão dos empresários da imprensa e da “cultura” chegou ao ponto de veicular nacionalmente as escutas telefônicas das lideranças do movimento realizada pelo setor de inteligência das polícias. Agora, o governo petista, a prefeitura e o governo federal tentam mascarar a lama da corrupção política e econômica com a chamada “festa popular do carnaval”.

O carnaval na Bahia expressa a profunda exploração e divisão de classe da sociedade capitalista. Considerado a maior festa popular do mundo pela imprensa burguesa, na verdade expõe a barbárie social, que avança com a crise mundial do capitalismo. As contradições e posições obscurecidas pela política assistencialista e reformista do governo burguês de Jaques Wagner vêm à superfície: de um lado temos os luxuosos camarotes frequentados pela alta classe média e pela burguesia, cujos preços são estratosféricos, os intermediários pela pequena burguesia, além dos que comprem as indumentárias (abadás) que variam de preço entre os diversos blocos, e a grande maioria da população, em sua maior parte negra, explorada e exposta à violência reacionária da sociedade em crise.

Na verdade, a “maior festa popular do mundo” está inteiramente submetida e condicionada pela lógica de funcionamento do mercado burguês, da propriedade privada dos meios de produção e de exploração da força de trabalho pelo capital. A mercantilização da cultura popular, dominada pela empresa capitalista dos blocos de cordas, gera altos lucros para os empresários, donos dos referidos blocos de carnaval, da imprensa escrita, falada e televisiva, capitalistas proprietários da rede de hotéis etc. No fundo, demonstra a intensificação da exploração da mão-de-obra dos trabalhadores, em sua maioria

las ideias burguesas e pequeno-burguesas com a ilusão de que seus problemas serão resolvidos a partir do voto. A participação nesse processo é o momento onde estaremos levantando as reivindicações dos trabalhadores que, diante da agudização da crise econômica, sentem mais duramente na pele o avanço da miséria, desemprego e destruição dos direitos essenciais. Não queremos apresentar proposta que reforcem qualquer ilusão no parlamento, mas que apontem para os trabalhadores que a conquista de suas reivindicações partirá da utilização dos seus métodos próprios, que é a ação direta. Que nenhuma reivindicação será conquistada por este ou aquele parlamentar no poder.

O POR está se empenhando em discutir com os trabalhadores e estudantes oprimidos a constituição de uma base programática para a frente que seja expressão da necessidade da luta. Que a constituição desta frente seja com fins de organizar os trabalhadores, portanto, deve se manter viva mesmo após as eleições.

negra, em situação de desemprego e subemprego, moradores da periferia, submetidos à exploração da indústria carnavalesca de Salvador.

Há uma manifestação clara da opressão social sobre os explorados, na forma de trabalho temporário mais precarizado e desumanizado, criado pela indústria mercantil do carnaval, qual seja: a figura do cordeiro. Os cordeiros são um grupo de trabalhadores constituído por homens e mulheres jovens, adultos e velhos contratados pelos donos dos blocos de carnaval da capital baiana para segurar uma longa corda, delimitando áreas privatistas nas vias públicas, que separam o folião “pipoca” que são as pessoas não consumidoras do bloco dos que possuem abadás, que pagam para permanecerem nesses espaços durante o desfile do bloco.

Milhares de jovens, homens e mulheres são recrutados em uma concentração que ocorre antes do carnaval no farol da barra, como mercadorias exibidas e escolhidas pelos agentes dos blocos, que após minuciosa observação, escolhem os braços fortes para trabalharem durante seis dias do carnaval, segurando estas cordas, ganhando R\$ 25 reais ao dia, sofrendo discriminações por parte dos foliões dos blocos e da Polícia, que usa a violência para reprimir os pobres completamente à margem dos blocos. Os cordeiros não recebem água, proteção de ouvidos, protetor solar e alimentação, puxam as cordas sem luvas de segurança, ou seja, trabalham sem as mínimas condições exigidas para tal atividade, sendo que muitos apresentavam após o término do carnaval as mãos completamente feridas pelas cordas. Mulheres grávidas e jovens que realizam essa atividade ficam vários dias e até meses sem receber esse mísero valor, além de enfrentar filas homéricas na data de pagamento.

Observa-se o descumprimento sistemático das normas do estatuto das festas populares originadas da CLT. A cada ano, o Sindicorda (Sindicato da Categoria) se reúne com o coordenador geral do carnaval representado pelo vice-prefeito Edvaldo Brito

(PTB), o poder público e os representantes dos empresários dos blocos, com uma pauta de reivindicação rebaixada, bem como assinam o termo de ajuste de conduta (TAC), violado e não cumprido todos os anos pelos empresários, que acabam inteiramente impunes. A direção do sindicato não é classista e combativa, faz apenas papel de intermediário na negociação com o governo e os empresários. O Sindicorda existe desde 2003, porém não é ainda formalizado, politicamente embrionário e segue a estrutura de associação que realiza atividades culturais e formativas, para qualificar os cordeiros. O lema do sindicato é cultura, política e ação social. A cada carnaval a entidade entra em cena para revitalizar o TAC. Não é, portanto, um sindicato representativo e de luta, por sua política e direção.

Diante de tantas pressões e denúncias com a exploração dos cordeiros a Superintendência Regional do Trabalho (SRTE/

BA), com o Ministério Público do Trabalho, tentou intermediar para o carnaval de 2012 um novo acordo (que certamente não será cumprido) com entidades, representantes dos blocos, Sindicordas e CUT, fixando uma diária de R\$ 34 reais, redução do prazo de pagamento para 96 horas, após o término dos festejos, concessão de dois vales-transportes por cada dia de trabalho, orientação quanto à utilização das EPIS (Equipamento, luvas de segurança, protetor auricular, filtro solar, Fator 15, camisa de identificação, lanche, três garrafas de água por dia). A experiência tem demonstrado o fracasso desses acordos, pois são acordos de cúpulas, considerando também a forte pressão empresarial e o servilismo do governo dirigido pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Não há como acabar com a situação de descaso e exploração desses trabalhadores sem que se constitua uma direção classista e combatente.

Prefeita Luzianne Lins/PT reprime a greve da AMC com demissões. Atendimento das reivindicações e readmissão imediata dos trabalhadores da AMC!

Os agentes da AMC (Autarquia Municipal de Trânsito) estão em greve desde o dia 03 de fevereiro, exigindo reajuste salarial (pelos menos a reposição da inflação de maio); alteração do grau da carreira de nível médio para nível técnico; aumento do percentual de gratificação específica de exercício da função (FEFF); extensão da GEEF para todos os agentes e a regulamentação da produtividade com implantação de 50% para os servidores administrativos da AMC.

A corporação, ao contrário de outros servidores municipais em greve, iniciou a luta radicalizando com a ocupação da sede do órgão no dia 06 de fevereiro, impedindo a saída de motos e viaturas do pátio da AMC. A prefeita Luzianne Lins/PT logo acionou a justiça pedindo a reintegração de posse do prédio, o que veio acontecer dois dias depois. Além do pedido de reintegração, a prefeitura fez acusação mentirosa de que os agentes teriam depredado o órgão e por isso demitiria os mesmos.

Depois de reunião do representante da prefeitura (Vaumik Ribeiro, ex-presidente da CUT/CE e do sindicato dos servidores municipais SINDFORT) com a intermediação do Ministério Público do Trabalho, a prefeita entrou novamente na justiça solicitando a ilegalidade da greve, o que veio a acontecer. A justiça, por ser de classe, tem atuado contra os movimentos paredistas, ainda mais quando tomam o caminho da radicalização. Através do Tribunal de justiça do Ceará (TJ-CE), o desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte decretou, no dia 08, não só a ilegalidade e a abusividade da greve como determinou a volta às atividades de, pelos menos, 90% do efetivo, dentro do prazo de 24 horas e, caso o movimento não atendessem à ordem judicial, estipulou uma multa diária no valor de R\$ 10 mil. Como se vê, o direito de greve não existe, se os trabalhadores quiserem fazer valer terão de se chocar com o Estado e a justiça burguesa.

A retaliação continuou com a demissão de 10 agentes e a



divulgação na imprensa de uma lista com 98 nomes para serem demitidos. A direção do SINDIFORT entrou com o mandado de segurança coletivo contra qualquer ato da prefeitura como demissão, exoneração, suspensão, advertência. Mesmo a justiça suspendendo momentaneamente as 10 demissões, até a decisão final do mérito, os agentes não podem alimentar ilusões no

aparato estatal.

A justificativa da prefeitura para pedir a ilegalidade e abusividade da greve dos agentes de trânsito teria sido a não comunicação com 72 horas de antecedência, por ser considerado serviço essencial. A lei de greve (na realidade lei anti greve) foi mantida pelo governo petista para reprimir a luta da classe operária e demais oprimidos para manter a exploração e evitar qualquer revolta dos explorados contra as péssimas condições de trabalho e salário. Isso comprova que não existe mais o direito de greve no país, qualquer greve tem sido considerada ilegal e abusiva pelos governos e patrões.

Até o momento, a prefeitura ofereceu a esmola de 3,41% de reajuste. Essa proposta miserável da administração petista mostra como o PT se adaptou ao regime capitalista em crise, administra a desintegração do sistema econômico e precisa descarregá-lo sobre o funcionalismo público e demais explorados para manter a lucratividade da burguesia.

O grande obstáculo ao avanço da luta, porém, tem sido a falta de unidade do funcionalismo que, sob o comando do PSOL, à frente do principal sindicato, o SINDIFORT, não tem convocado a unidade do funcionalismo por meio de assembleias e atos públicos unificados. Ao invés disso, negocia em separado, o que tem levado ao isolamento e a consequente derrota. É preciso que os servidores se armem com o programa proletário para lutar contra o sistema capitalista decadente e construir o seu partido revolucionário para superar o divisionismo burocrático das direções pelegas.

Denúncias

Declaração do Partido Operário Revolucionário sobre a desocupação da Moradia Retomada da USP Aos estudantes e aos trabalhadores,

O POR vem perante a juventude oprimida e os explorados denunciar mais uma ação policial do governo Alckmin (PSDB) contra estudantes da USP. Na manhã do dia 19 de fevereiro, cerca de 100 policiais militares cumpriram o mandato de reintegração de posse da Moradia Retomada. A ação ocorreu na última semana de férias, em pleno feriado prolongado de carnaval. Cercaram o prédio, dispararam balas de borracha e levaram 12 pessoas à prisão.

O governador do estado tem contado com o apoio de sua marionete, o reitor João Grandino Rodas, para reprimir os movimentos de estudantes e trabalhadores na universidade. A esse ataque somam-se vários outros desde o final de 2011 e início de 2012, como a prisão de 73 pessoas no processo de desocupação da reitoria, o fechamento do espaço do DCE (Diretório Central dos Estudantes) e a eliminação de oito estudantes.

A Moradia Retomada era um espaço de enorme significado político. Servia de abrigo a uma parcela de estudantes não contemplados pela bolsa moradia. Mais do que isso, constituía um pólo de combate à ingerência da Coseas (Coordenadoria de Assistência Social), órgão ligado à reitoria responsável pelo processo obscuro de seleção dos considerados “aptos” a morar no Crusp (conjunto residencial). Na verdade, um organismo que tem a função de mascarar o déficit de vagas.

Foi batizada de “retomada” porque se tratava de um espaço de moradia que havia sido usurpado pela Coseas e foi reconquistado partir de uma ocupação, em 2010, decidida em assembléia de cruspianos. Muitos dos que moravam lá eram ativos militantes políticos, camaradas que estavam sempre presentes na luta por permanência estudantil e contra a elitização da universidade, além de estarem conosco no movimento pela expulsão da PM que explodiu em fins de 2011.

Acabar com essa ocupação representava mais do que simplesmente devolver à Coseas a administração do espaço, significava derrotar um dos mais importantes focos de resistência do movimento estudantil uspiano. É importante lembrar que os processos que conduziram à eliminação dos oito estudantes no começo de 2012 eram todos referentes à ocupação de 2010.

A repressão é uma necessidade imposta por tendências internas e externas à universidade

O reforço à elitização e privatização da universidade comparece como fator decisivo internamente. O fim do circular gratuito, que agora foi entregue à SPTrans, com acesso gratuito apenas aos estudantes e funcionários concursados, excluindo a população assalariada da região e os trabalhadores terceirizados, é uma medida que caminha no mesmo sentido. Assim como as catracas nas saídas dos bandejões, que inviabilizam a prática solidária de dividir um prato de comida com aquele que não tem condições de pagar pela refeição.

Para avançar em sua política, o reitor Rodas, a mando de Alckmin, tem avançado na militarização do campus. Age com mãos-de-ferro para que a universidade siga o regimento disci-



plinar de 1972, época da ditadura militar. Essa escalada repressiva, entretanto, não é exclusividade da USP. Pelo país afora e no mundo todo, a repressão tem avançado em consequência do aprofundamento da crise do capitalismo.

A reintegração de posse no Crusp ocorreu em seguida à bárbara expulsão de 1.600 famílias do Pinheirinho e de outras centenas no centro de São Paulo. Essa varredura de pobres e oprimidos reflete a imagem do capitalismo decadente e de seus governos totalitários. Não há outro meio de se contrapor ao avanço da barbárie a não ser pela unidade da juventude em luta e a sua aproximação com a classe operária. Convocamos todos a defenderem a devolução do Pinheirinho às famílias e imediata entrega de moradias aos sem-teto.

O POR convoca também todos os oprimidos a defenderem a luta pela expulsão da polícia do campus, pelo desmoronamento da burocracia universitária, pela volta dos estudantes eliminados, pelo fim dos processos e pela retomada da moradia. A bandeira de autonomia universitária responde à atual situação de decadência da universidade pública, da gigantesca mercantilização das universidades privadas e do controle burocrático-policial do ensino.

A semana da calourada deve ser de disputa política, defendendo as pautas do movimento e chamando o calouro à luta em defesa da universidade pública e gratuita. Defendemos a convocação de estudantes e todos os trabalhadores a um grande ato, para que eles também saiam às ruas em defesa da universidade, em defesa do direito à educação.

Enfrentar a ação repressiva desfechada pelo governo Alckmin (PSDB)!

Retomar a moradia!

Fora a polícia da USP!

Fim dos processos e volta dos estudantes eliminados!

Revogar o regimento disciplinar da ditadura militar!

Derrotar a burocracia autoritária de Rodas!

Pela autonomia universitária!

As ações militares contra os sem-teto

Depois do violento despejo de quase 2000 mil famílias no Pinheirinho, em janeiro, Alckmin se somou a Kassab para investir contra os moradores sem-teto.

Os prédios abandonados estavam sendo ocupados desde novembro de 2011. O edifício da Rua Conselheiro Nébias abrigava 128 famílias, o da Santa Cecília, 75, o da São João, 230. No total eram 10 prédios ocupados e só restam três. Os policiais chegaram aos locais com a ordem judicial. Com a força das armas, arrancaram os sem-teto, jogaram-os nas ruas e seus pertencentes foram confiscados. Depois vem a falsa campanha governamental da “bolsa aluguel”.

Assim, em poucos meses, o governador e o prefeito expulsaram os moradores do Pinheirinho e outros milhares que se alojavam nos prédios abandonados. Querem o centro de São Paulo “revitalizado”, à custa da brutal violência sobre os meninos da Cracolândia e os sem-teto.

Os trabalhadores e a juventude oprimida não podem se calar diante de tamanha atrocidade. O combate às ações de reintegração nada mais são do que a manifestação da ditadura de classe da burguesia e de seus governantes contra a população pobre. O enorme contingente de moradores de rua, de famílias sem-teto e da juventude mutilada pelas drogas é expressão da decomposição de sistema capitalista, que tem como consequência a barbárie social.

Ação criminosa contra os moradores de favela

Logo após o incêndio na favela do Moinho, agora novo incêndio na favela do Corujão, zona norte de São Paulo. O fogo se alastrou rapidamente pondo abaixo mais de 100 barracos e causando duas mortes. Os moradores do Corujão, mais de 400, perderam tudo. A cena de famílias inteiras procurando pertencentes no chão em brasa mostra o descaso dos governantes com a vida dos explorados.

Parte do terreno incendiado pertence à Eletropaulo, que acusa os moradores de construir barracos debaixo de torres de transmissão de energia. O fato que a população pobre não escolhe o lugar para morar. Está obrigada a viver nas encostas, à beira dos rios, nos alagados, debaixo dos fios de alta tensão e

O direito à moradia é a luta dos pais de família em defesa da vida de seus filhos. É a luta contra a opressão diária que os impede de ter uma casa para morar. Os salários miseráveis sequer dão para comer. E os aluguéis estão nas alturas. O desemprego e o subemprego empurram diariamente centenas de famílias para as ruas.

Os governantes condenam as ocupações porque estas ferem os interesses privados, inviabilizam o andamento da “revitalização do centro” em favor da especulação imobiliária, que aguarda os grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo. Após a desocupação do prédio da São João, a empresa locatária colocou seguranças em frente ao prédio para garantir que ele não seja novamente ocupado. Iludem os moradores com projetos habitacionais, supostamente cadastrando-os para a compra de imóveis.

O fato é que as ocupações revelam a incapacidade do capitalismo em cumprir com direitos elementares, como a moradia. As desocupações trazem como lição a necessidade da classe operária se levantar pelo direito à moradia a todos os sem-teto. Que nenhum trabalhador seja expulso de sua casa. Que todo prédio ocupado seja expropriado, sem indenização, e entregue às famílias ocupantes. Que a classe operária se coloque em defesa das ocupações, em defesa das vidas daqueles que estão sendo duramente reprimidos.

nos prédios abandonados.

Os incêndios em favelas não têm sido provocados por descuido dos moradores ou por acidente. A coincidência tem chamado a atenção e indica que por trás está a ação criminosa dos capatazes da burguesia. Os dados de que em 2010 foram destruídos 699 barracos e, em 2011, esse número atingiu 866 evidenciam a nossa denúncia. As favelas incendiadas estavam em áreas nobres, a exemplo do Moinho em Campos Elíseos, ou de interesse empresarial.

Os moradores de favelas não podem ser vitimados. Exijamos da prefeitura a entrega de casas a todos aqueles que tiveram seus barracos incendiados.



Adquira com o distribuidor deste jornal:

Usina de açúcar fecha e demite 600 operários

Com a capacidade de moagem de 1,5 milhão de toneladas de cana e estocagem de 2,2 milhões de sacas de açúcar, a Usina Albertina foi fechada no início de fevereiro. Uma disputa judicial, que se arrastou desde 2008, só fez prolongar a existência da empresa. Na base do fechamento está a crise econômica. Os proprietários, quando a crise atinge seus negócios, fecham as portas. Uma medida para proteger o que resta de seu capital. Ao contrário, os operários quando as empresas fecham perdem a única fonte de existência, que

é o emprego. Sequer têm garantido o pagamento imediato das rescisões de contrato.

É nessa hora que vemos o quanto a classe operária está desorganizada. O patrão fecha a fábrica, os trabalhadores ficam na rua e nada é feito para mudar esse curso. Os sindicatos ficam correndo atrás das vias legais para que o salário e as cláusulas trabalhistas sejam cumpridos. Não defendem o emprego.

Para os operários, a reivindicação é uma só: ocupar a empresa e impor o controle operário.

A lei do Piso e a greve nacional de 14, 15 e 16 de março

Mobilização em 2011

O ano de 2011 foi repleto de lutas do magistério público em torno da aplicação do Piso salarial nacional. Cerca de 14 estados foram à greve a partir de junho (Rio de Janeiro, Amapá, Minas Gerais, Santa Catarina, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Ceará etc), algumas ultrapassando os três meses. Tais greves foram impulsionadas pelo julgamento final pelo STF sobre a aplicação da lei 11.738/2008.

Aliando as campanhas salariais ao entendimento de que agora o “piso é lei”, as burocracias dos diferentes sindicatos levaram à frente a ideia de que era preciso fazer alguma pressão sobre os governos estaduais. Embora os trabalhadores da educação não tenham participado ativamente das discussões anteriores à regulamentação da lei, pesava sobre eles o arrocho salarial e as péssimas condições de trabalho. Sob essa situação objetiva, a burocracia pôde impulsionar sua política de pressão aos governos – inimigos da Lei Federal de “Lula/Haddad”.

De uma hora para outra, tornou-se “vergonhoso e inaceitável” os professores de todo país ganharem próximo ao salário mínimo (também do governo Lula). A realidade de exploração do trabalho docente tornou-se palpável apenas quando surgiu uma Lei instituindo um Piso do Magistério também miserável (inicialmente estabelecido em R\$ 950,00 para uma jornada de 40 horas semanais).

Obviamente, convergiam aí interesses das burocracias ligadas aos partidos da base governista e a luta histórica do magistério por melhoria salarial. Essa conjunção entre o oportunismo eleitoral, de um lado, e a necessidade econômica, de outro, não poderia levar às últimas consequências a luta pelo aumento salarial. O oportunismo leva à conciliação, o economicismo leva à limitação das bandeiras de luta.

Sob a direção das burocracias, as greves de 2011 foram sendo sufocadas pelo autoritarismo dos governos e pelo isolamento das lutas. Nem os sindicatos estaduais nem a Confederação Nacional (CNTE) trabalharam para uma greve conjunta, para uma luta unificada, pois isso obrigaria levantar como bandeira a exigência de ação do governo federal, que apresentou a Lei do Piso. Seria comprometer, além do possível, o governo federal com a “sua lei”.

A mobilização de centenas de milhares de professores em vários Estados foi por água abaixo porque não confluiu para uma greve geral do magistério e não se utilizou de forma dominante os métodos da ação direta (bloqueio de avenidas, atos, passeatas, ocupações de prédios, assembleias gerais, etc.). Sem uma política revolucionária, o reformismo manteve as rédeas dos movimentos e os levou à derrota.

Ações em 2012

Repetem-se certos interesses na condução dos movimentos do magistério em 2012. O eleitoralismo comparece, sem dúvida, como elemento forte em ano de eleições municipais. A pressão sobre os governos e os municípios, preservando o governo federal, é tática para as burocracias dirigentes.

A experiência de 2011 está viva tanto na cabeça dos trabalhadores quanto na das burocracias. A possibilidade de uma ação conjunta e nacional transformou-se em política para a CNTE. Ela que foi a principal responsável pelo isolamento das greves do ano passado, que tem tido uma ação apenas simbólica nas lutas do magistério nas últimas décadas, que se esmerou em reunir apenas a nata da burocracia sindical, comparece agora como força motriz de uma greve nacional de três dias.

Dois elementos se destacam nessa “virada” de posição: o primei-

ro, a pressão e a existência concreta de movimentos em nível nacional – a CNTE aparece aí como retaguarda dos movimentos, pressionada por eles e tendo que dar uma forma ao descontentamento geral, isto é, em última instância, determinar os seus rumos, bloqueando-os; o segundo, o reforço da política eleitoral, que ganha novos contornos com o reajuste do valor do Piso Nacional e com a resistência dos Estados em cumprir a lei.

Existe uma centralização da política petista em relação aos sindicatos. Devem ser um esteio para a política do governo federal e devem minar a força das oposições (PSDB e DEM, sobretudo). A possibilidade que os próximos anos possam ser mais difíceis para o governo de Dilma cria a necessidade de maior desgaste das oposições burguesas, de modo a contrabalancear a disputa interburguesa no parlamento e no executivo.

Desgastar eleitoralmente governos fortes do PSDB como em São Paulo e em Minas Gerais cria as condições de aumentar as bancadas petistas em todas as regiões. Essa é a estratégia do reformismo sindical. Contam, logicamente, com a passividade dos movimentos, com o adestramento e com as manobras dentro e fora dos sindicatos.

A chamada para a greve de 14, 15 e 16 de março objetiva mostrar a força dos sindicatos cutistas. Podemos esperar que os burocratas não aceitarão transformar em uma greve nacional do magistério por tempo indeterminado. Tal feito seria impossível não só pela política adotada pela CNTE, que é imediatista e eleitoral, mas também pela real importância que essa Confederação tem entre os trabalhadores da Educação, ou seja, quase nenhuma. No entanto, é necessário trabalhar com vigor em defesa da greve nacional por tempo indeterminado.

Prevalecerá a política das direções locais, dos sindicatos municipais e estaduais. No caso do Estado de São Paulo, os petistas que dirigem majoritariamente a APEOESP já deram o tom da luta: pressão parlamentar e judicial. Se a greve se estender para além do dia 16, quando está convocada uma assembleia geral, ela o será com a função de fortalecer essa pressão institucionalizada.

Outros estados, como Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Ceará, que passaram por greves longas em 2011, teriam de suportar o peso da derrota tão recente e se fortalecer pelas experiências em outros estados.

Há condições efetivas para poderosas greves: salários arrochados, condições péssimas de trabalho, jornadas estafantes, etc. Não é possível ignorar que as ações, mesmo que limitadas, dos últimos anos criaram fortes expectativas em camadas dos trabalhadores da educação. As necessidades desses trabalhadores aparecem no horizonte das possibilidades. Está aí por que a vanguarda deve denunciar os limites à luta pela aplicação do piso pela burocracia e agir firmemente em favor da greve nacional por tempo indeterminado.

Novas greves podem ser desenvolvidas em 2012 com base nas experiências anteriores. Para isso, é necessário superar as direções pelegas, eleitorais e seus métodos reformistas. A Corrente Proletária na Educação/POR atuará em todos os movimentos para impulsionar uma luta direta para arrancar as reivindicações dos governos, impulsionando as ações mais radicalizadas e denunciando os passos de traição das direções sindicais. Só assim será possível reajustar os salários, diminuir as jornadas e melhorar as condições de trabalho na Educação pública.

Considerações sobre a greve em torno da Lei do Piso

Há um movimento nacional, embora fragmentado, exigindo dos governadores e prefeitos a implementação da Lei do Piso. Nem bem iniciou o ano, o magistério goiano se levantou contra as manobras do governador Marconi Perillo (PSDB). Por meio de um projeto Lei nº 141 “regulamentou” a Lei do Piso, usando as gratificações contidas no Plano de Carreira. O cálculo foi simples: 1) O PE-I, início de carreira e com 40 horas semanais, recebia R\$1.006,25 e tinha R\$301,67 de gratificação de titularidade. O governo usou a gratificação para acrescentar no Piso. Assim, esse professor perdeu os 30% e teve um reajuste de R\$86,88. O piso foi para R\$1.395,00; 2) O PE-III, nas mesmas condições, recebia R\$1.527,07 e 30% da gratificação. O Piso foi para R\$2016,03, um reajuste de R\$28,00. Portanto, uma falsificação descarada. Retirou um direito assegurado ao magistério (gratificação de 30%) para dizer que o estado aplica a lei federal. E instituiu a avaliação por mérito.

Os professores reagiram prontamente. A greve foi aprovada. As manifestações de rua e as escolas paralisadas ganharam força. O governador agiu duramente contra os grevistas (corte de ponto, punições administrativas, impedimento do comando de greve entrar nas escolas etc). Assim, o êxito do movimento dependerá das ações coletivas, da unidade do magistério e do apoio dos trabalhadores. O que implica manifestações diárias e disposição para avançar nos métodos da luta de classes, entre eles a ocupação.

A errática política da direção sindical

Assim que o projeto de Perillo foi para a Assembleia Legislativa, a direção do Sintego se posicionou pelas emendas. Era sabido que o governador usaria de todos meios para que os deputados aprovassem, entre eles a liberação de verbas para politicagem dos parlamentares. Mesmo assim, a direção considerou que foi uma vitória a aceitação de uma comissão para elaborar as regras de transição para que os que tivessem próximos da aposentadoria e próximos ao término dos cursos de mestrado e doutorado não fossem tão golpeados.

Onde está o problema? Está em que, ao fazer as emendas, o sindicato entrou no mérito do projeto e não o rejeitou na sua integridade. Esse mecanismo de apresentar emendas é corriqueiro. A maioria das burocracias sindicais se envereda nesse pântano. E quando não obtém o mínimo, usa a greve como pressão para corrigir os defeitos das medidas governamentais. Acaba, assim, não se opondo de conjunto. O magistério tem inúmeros exemplos dessa política e suas consequências. Combater essa via, é uma tarefa de uma oposição classista.

Outro elemento da política sindical é o de conduzir o movimento grevista para as hostes do Judiciário. O Sintego está reproduzindo essa política. Diante das punições aplicadas por Perillo, a direção foi atrás de uma liminar judicial para garantir o direito de greve e contra o “assédio moral”. Como se fosse possível arrancar do estado (Justiça) uma garantia legal da greve. Agora, usa o Ministério Público, a figura do procurador geral da Justiça, Benedito Torres, para uma “intermediação” junto ao governador (abrir negociação). Enquanto isso, a greve

se mantém na esperança de que se obtenha por essa via uma vitória para o movimento.

Esses dois exemplos servem para compreender a política de uma direção sindical. As burocracias sindicais usam dois caminhos: 1) tentam negociar com o governo sem a greve. Foi o que ocorreu no momento das emendas na Assembleia Legislativa; 2) quando não conseguem nada, usam a greve como pressão para uma negociação. Portanto, a greve já nasce limitada. O governo aproveita essa fraqueza política para ampliar as medidas repressivas, dividir o magistério e alongar o movimento grevista, para vencê-lo pelo cansaço. E os burocratas ao invés de organizar os trabalhadores para enfrentar a lei anti-greve correm a colocar o pescoço do movimento nas cordas da Justiça.

Eis por que um sindicato independente da política do Estado e uma direção classista são vitais para a luta dos trabalhadores. Nos momentos de greve é que os trabalhadores estão obrigados a desfazer abertamente o combate contra o governo, mas se defrontam com a política covarde, medrosa e conciliadora da direção do sindicato.

Responder à orientação governamental

A reivindicação de implementação de uma Lei que já foi aprovada em nível federal passou a ser uma exigência do magistério. Embora limitada, tanto no valor do piso quanto na redução da jornada, foi motivo de greve em 14 estados em 2011 e agora em Goiás. Os governadores e prefeitos não podem conceder pelo fato do orçamento não comportar nenhum centavo a mais à educação. É bom lembrar que o orçamento de 2012 prevê menor percentual de aplicação do PIB para a educação, a exemplo do da União que aprovou somente 3,18%. Os governos se agarram na lei orçamentária para rejeitar a reivindicação. Assim, usam de trapaceiras para supostamente cumprir o que determina a Lei. Todos recorreram ao Plano de Carreira, arrancando direitos. O que levou várias greves a se ater unicamente na reformulação do Plano de Carreira.

A exigência do Piso Nacional implica a dura batalha em torno das medidas restritivas de recursos à educação. Os governantes cortaram com a navalha os gastos com o ensino, saúde etc. Estão atolados até os ossos com o compromisso de pagar os juros e amortizações da dívida pública, que consome 47,19% de toda arrecadação federal. O que equivale dizer que as reivindicações salariais, que incluem a Lei do Piso, se choca com essa política geral.

As greves canalizadas para o “diálogo” com os parlamentares e de pressão junto à Justiça têm sido derrotadas. Porque a dureza do governo em não ceder só pode ser respondida com a dureza da luta grevista.

A política da Corrente Proletária

A fortaleza que aparenta ser a política governamental não é senão a sua impotência em manter a escola pública e os trabalhadores da educação. Todos estão submetidos à diretriz privatizante e de redução de gastos com a educação. Assim, os

poucos direitos que fazem parte dos Planos de Carreira são arrancados. O piso salarial na maioria dos estados e municípios é de fome. A jornada de trabalho e o número de alunos por sala provocam desgastes físicos e mentais lamentáveis. Os planos pedagógicos instituídos pelo Estado não dizem respeito à realidade social, na qual se insere a escola. As avaliações institucionais comprovam o fracasso da aprendizagem e a persistente evasão escolar. As parcerias público-privadas para gerenciar as escolas demonstram a incapacidade do Estado em manter a escola pública. E as empresas comparecem como as salvadoras da decadência do ensino.

Por isso, por mais simples e limitada que seja a reivindicação, não se tem como desvinculá-la da luta geral contra a destruição da escola estatal, pública e gratuita.

A Lei do Piso não garante a existência da família. O valor corrigido de R\$1.937,26 por 40 horas semanais e a redução da jornada de 1/3 fora da sala de aula não isenta o professor de ter

Rondônia

Assembleia aprova a greve, contrariando a burocracia do sindicato

A rede estadual de ensino, desde o final de 2011, se manifestou pela greve. Votou pelo não início do ano letivo, caso o governo não atendesse as reivindicações. Em janeiro, a direção do sindicato iniciou as manobras. Convocou nova assembleia para aprovar a pauta de reivindicações de 2012, a ser entregue para o prefeito e para o governador. Novamente, a assembleia aprovou a greve. Mas, em lugar de encaminhar a decisão, jogou com a necessidade de dar um tempo para que os governantes pudessem responder. As aulas iniciaram e a burocracia do sindicato ficou esperando a negociação com o prefeito Roberto Sobrinho (PT) e o governador Confúcio Moura (PMDB).

Resposta dos governos

Depois de quase três meses de espera, Confúcio anunciou o que era evidente. Concedeu apenas 6,5% de reposição, portanto, a inflação oficial.

O prefeito petista não apresentou nenhuma contraproposta.

Assim, não deram importância à pauta de reivindicação. Certamente, dirão que não há recursos, que o orçamento está comprometido e que a Lei de Responsabilidade Fiscal impede gastos. De fato, o dinheiro nos cofres do estado e do município não tem servido à educação e à saúde. Estão a serviço dos banqueiros, dos empresários, das empreiteiras e da enorme corrupção. Está aí por que a reivindicação salarial significa enfrentar a política dos governantes.

A greve iniciou

Os trabalhadores da educação reafirmaram a decisão de enfrentar os governos. A burocracia do sindicato fez de tudo para que não houvesse uma greve unificada. Realizou assembleias separadas de municipais e estaduais. No interior, esfacelou a ação das regionais, promovendo assembleias por municípios ou escolas. Mas o descontentamento dos trabalhadores a obrigou aceitar a greve.

de assumir mais de um emprego e não o livra do desgaste. Mas, é somente por meio da luta que os professores compreenderão a política do Estado, se libertarão das posições da burocracia sindical e assimilarão o programa de defesa da educação.

A Corrente Proletária exige que os governos cumpram a Lei do Piso. Defende todos os direitos contidos no Plano de Carreira. Combate as manobras da burocracia que desvia a luta pelo piso para uma reforma do Plano de Carreira. Rechaça a política das direções sindicais, que privilegiam a luta parlamentar e judicial. Tem em seu programa o piso salarial, equivalente ao salário mínimo vital (calculado em R\$3.824,00); a redução da jornada pela implantação da escala móvel das horas de trabalho; aposentadoria especial e integral; e os direitos que vêm sendo arrancados. Mas, combina essas reivindicações parciais com a luta geral contra o sistema de exploração do trabalho, responsável pela decadência da educação seja ela pública como privada.

A Corrente Proletária da Educação interveio defendendo as reivindicações e denunciando as manobras da burocracia sindical.

Trabalhar pela vitória da greve

Uma greve que saiu sem a disposição da diretoria do sindicato tem pela frente o obstáculo da intransigência dos governos e da política da burocracia dirigente. Logo que foi aprovada, o sindicato tratou de dizer que se tratava de uma paralisação do dia 23 de fevereiro até 1 de março. Diz que se refere ao dia da negociação. Cuidado! A greve é por tempo indeterminado. Determinar o período (de tanto a tanto) pode alimentar a ideia de que se trata de uma semana de greve. A deflagração de uma greve e o seu encerramento cabe unicamente à assembleia.

Há ainda um segundo problema. A reivindicação de reposição salarial implica elevar o piso da categoria. Os governos têm manobrado com o Plano de Carreira. As greves ocorridas em 2011, em vários estados, e agora a de Goiás, servem de lição. O jogo dos governantes é o de “reformular o Plano de Carreira”, portanto retirar direitos em troca do aumento do piso. Essa é uma armadilha. Devemos denunciar o governo e a burocracia por essa manobra. Daí a importância de reafirmar as reivindicações que motivaram a greve e combater toda tentativa de desviá-las para a tal “reformulação da Carreira”.

O método da greve também é fundamental. A burocracia procurará fazer uma greve limitada. Mas a vitória dela dependerá da ação coletiva dos grevistas. Isso implica que os comandos de base estejam garantindo a greve nas unidades de trabalho, que o comando de negociação seja eleito na assembleia (direção do sindicato e representantes de base), que as assembleias sejam democráticas para que todos tenham o direito de avaliar o movimento e fazer propostas, que as manifestações ganhem as ruas quase que diariamente e que o apoio dos estudantes e dos pais seja efetivo.

Nesta edição:

- O imperialismo aperta o cerco contra o Irã e Israel aumenta o tom das ameaças bélicas
- A crise na Europa se aprofunda
- Paraguai: Conflito agrário na fronteira com o Brasil
- Argentina: O governo kirchnerista se coloca pela defesa irrestrita do saque e da opressão imperialistas
- Sobre a história da luta pela soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



O imperialismo aperta o cerco contra o Irã e Israel aumenta o tom das ameaças bélicas

É dever da classe operária, dos povos oprimidos e da juventude oprimida levantar a luta antiimperialista e anticapitalista.

**Abaixo a ofensiva econômica e militar dos Estados Unidos, Inglaterra, França e Israel contra o Irã!
Pela autodeterminação das nações oprimidas!**

Tudo indica que se os Estados Unidos não carregassem o peso da ocupação do Afeganistão, não tivessem acabado de afastar seus marines do Iraque e não vivessem o dilema da intervenção na Síria, certamente, já teriam atacado o Irã, juntamente com Israel e a coligação imperialista que interveio na Líbia. Caso esse diagnóstico esteja certo, é questão de tempo para que decidam, de uma vez por todas, derrubar o regime nacionalista dos aiatolás por meio da guerra. Se dependesse exclusivamente do governo sionista de Israel, os seus aviões teriam despejado toneladas de bombas sobre Natanz, Istahan, Fordo.

A questão nuclear é, sem dúvida, um importante ponto de confronto. A burguesia sionista e as potências não querem que o Irã desponte como detentor da ciência, da tecnologia e da capacidade de produção de energia nuclear, que lhe permitiriam construir armas nucleares. Isso não só devido à posição da República Islâmica ser contrária à existência do Estado sionista de Israel, mas também porque lhe daria um amplo poder no Oriente Médio, que detém boa parte das reservas petrolíferas.

O imperialismo controla a maioria das nações da região e vê como um perigo o nacionalismo persa. Desde que o petróleo jorrou no Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, etc., o Oriente Médio foi palco de guerras e intervenções promovidas pelas potências. O nacionalismo burguês e pequeno-burguês ganhou uma importante dimensão. O pan-arabismo ergueu a bandeira da independência nacional e unidade das nações oprimidas, mas em pouco tempo se mostrou impotente perante as potências. Naufragou, e deu lugar a uma brutal subserviência das monarquias e ditaduras nos diversos países. Esse processo evidenciou a impossibilidade de revoluções democrático-burguesas no Oriente Médio, que pusessem fim ao domínio dos feudais, dos senhores tribais e dos regimes autocráticos.

Toda região de economia pré-capitalista foi incorporada



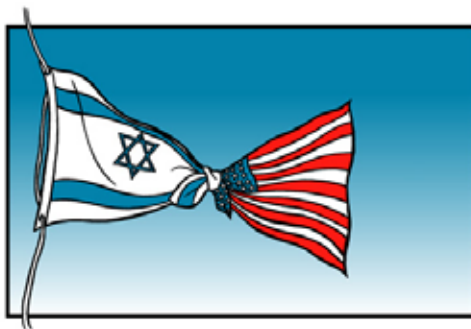
ao capitalismo mundial sob a égide do capital financeiro, das petroleiras e multinacionais. A liquidação do Império Otomano turco e a demarcação de fronteiras nacionais se deram por meio da 1ª Guerra. A 2ª Guerra Mundial finalizou a repartição do Oriente Médio pelas potências vencedoras. Israel foi implantado de fora para dentro como uma imposição do imperialismo.

O regime dos aiatolás se originou de uma insurreição que derrubou o governo títere dos Estados Unidos e Inglaterra. A forma que a burguesia persa encontrou para promover seu desenvolvimento foi a do regime teocrático. E o conteúdo histórico de sua política foi a do nacionalismo islâmico. Outras tentativas anteriores de revolução democrático-burguesa haviam fracassado.

O imperialismo, porém, não pode aceitar que nenhuma burguesia semicolonial controle as fontes de matéria prima e energia. Eis por que a República dos aiatolás se tornou um adversário dos Estados Unidos. Por mais que se tenha bloqueado o Irã e incentivado a cisão do regime por meio de uma oposição pró-imperialista, mascarada de democrática, vestida de valores dos direitos humanos e modernizadora, as potências não conseguiram derrubar o governo.

O enclave sionista no Oriente Médio, garantido por um ativo militarismo e por uma capacidade militar que supera o conjunto dos países árabes – Israel é o único portador da bomba atômica na região – agravou os desequilíbrios. A possibilidade de o Irã vir a dominar todo o ciclo da produção da energia nuclear assombra os sionistas. O governo judeu acusa os iranianos de pretenderem varrer Israel em uma hecatombe nuclear. Somente a direita da direita acredita nessa propaganda.

O correto é que as armas nucleares dariam um poder ao Irã que ameaçaria a hegemonia militar do Estado sionista. Para as potências, a desintegração da União Soviética, a restauração capitalista e o fim da guerra fria eliminaram a possibilidade de países semicoloniais dominarem o ciclo atômico até o enriquecimento de 90%. O clube dos países nuclearizados, assim, deve permanecer fechado e centralizado pelos Estados Unidos. O Irã desponta como uma fissura no círculo de ferro montado pelo imperialismo, agora com a ajuda da Rússia e China. O Brasil e Argentina, por exemplo, tinham condições de dominar por completo a tecnologia nuclear, mas renunciaram sob pressões dos Estados Unidos e seus aliados.



O conjunto desses fatores históricos e conjunturais, portanto, indicam que está em andamento uma operação de guerra contra o Irã. As ameaças em alto som do governo Binyamin Netanyahu/Ehud Barak têm bases concretas. Nesse começo de ano, recrudescentes os conflitos que impulsionam a intervenção imperialista.

É necessário denunciar que uma guerra contra o Irã servirá para ampliar o domínio imperialista no Oriente Médio e na Ásia. Os levantes de massa contra as ditaduras pró-imperialistas na região estão objetivamente na contramão da ofensiva bélica das potências, embora não tenham se configurado em movimentos revolucionários anti-imperialistas. A reação dos povos oprimidos à operação de guerra dos Estados Unidos, Inglaterra, França e Israel, tudo indica, ocorrerá. É o que tem levado as potências a aconselhar Netanyahu/Ehud a preparar as condições e não incorrer em erro tático.

Como se vê, é fundamental que a vanguarda mundial, que conserva alguma relação com o marxismo ou que caminhe em sua direção, se lance a uma campanha sem trégua pela *autodeterminação das nações oprimidas, pelo fim dos preparativos bélicos, pela suspensão do bloqueio econômico e pela livre disposição do Irã de controlar suas riquezas naturais, bem como dominar sem restrição a ciência e a tecnologia nuclear. Somente a classe operária mundial pode impedir a guerra intervencionista sobre o Irã. Somente a classe operária e o povo iraniano podem derrubar a teocracia dos aiatolás e decidir sobre o destino do programa nuclear do País!*

A crise na Europa se aprofunda

Maior submissão da Grécia aos ditames dos credores internacionais

A Grécia, golpeada pela crise econômica mundial, aceitou as novas exigências da União Europeia e do FMI para obter 130 bilhões de euros. Depois de muita negociação entre os partidos políticos, o parlamento grego aprovou o receituário antinacional e antipopular. Entre as medidas que apunham a vida dos trabalhadores estão: 1) corte de 22% no salário mínimo, que é atualmente de 751 euros (R\$1.700); 2) redução de 20% para os aposentados que recebem acima de 1.200 euros; 3) diminuição de 15% dos salários dos pensionistas; 4) demissão de 15 mil funcionários públicos, totalizando 150 mil até 2015; 4) maior rapidez com as privatizações.

A Grécia, atolada numa dívida de 159% do PIB, cambaleia para se manter na zona do euro. Certamente, as duras medidas não serão suficientes para impulsionar o país. Com o desemprego saltando de 6,6% para mais de 20%, com 30% da população (3,2 milhões) vivendo abaixo da linha da pobreza, com 30 mil pedintes nas ruas e com o fechamento (nos últimos seis meses) de 60 mil pequenas empresas, a tendência é de agravamento da crise.

De 2009 a 2012 foram implantados cinco planos, que objetivavam a recuperação financeira do País. O fracasso foi total.

Assim que o governo aprovou esse último plano, a agência Fitch classificou a Grécia à beira da bancarrota. As metas do novo plano estão assentadas num crescimento econômico de 3%, o que é inviável para um País em profunda recessão. Na realidade, o violento receituário só fez crescer a submissão do país e a miséria das massas.

A juventude e os explorados protagonizaram e protagonizam gigantescas manifestações e greves contra as medidas assumidas pelos governantes. Mas ainda não conseguiram impor a vontade das massas sobre os ditames dos organismos imperialistas. O governo e o parlamento grego se transformaram em fantoches diante das decisões da cúpula de Bruxelas. A situação revolucionária na Grécia só não se transforma em insurreição pela tomada do poder devido à ausência do partido marxista-leninista-trotskista.

Manifestações na Espanha se agigantam

O governo sob o comando do direitista, Mariano Rajoy, Partido Popular, anunciou mais ataques aos trabalhadores. A nova reforma trabalhista é um golpe sobre as conquistas dos explorados. Num país assolado pelas altas taxas de desemprego e com 48% dos jovens sem trabalho, o governo fez aprovar a exigência do FMI e UE de cortes de direitos.

Por meio de um decreto, impôs o rebaixamento das indenizações por demissão. Pela nova lei, tornou possível que qualquer demissão seja considerada “procedente” e que se pague uma indenização de apenas 20 dias por ano trabalhado. Para o patrão, ficou mais fácil demitir e se desfazer dos trabalhadores com muitos anos de empresa. Permite que os capitalistas tenham maior flexibilidade para mexer nos salários e na jornada de trabalho. A flexibilidade implica a redução salarial e maior precarização dos contratos.

A Espanha já destruiu 2,7 milhões de postos de trabalho em quatro anos de crise mundial. É diante dessa realidade que o governo exige que os assalariados renunciem aos direitos trabalhistas.

A revolta tomou conta de todo o País. Cerca de um milhão de pessoas saiu às ruas das grandes cidades, Madrid, Barcelona, Valência etc, reivindicando o fim da reforma trabalhista patronal. O quadro na Espanha é convulsivo, mas as massas exploradas e a juventude oprimida estão sob a influência da velha burocracia sindical da UGT e CCOO. Esse é um obstáculo que impede o proletariado e a juventude de se defenderem contra os planos da oligarquia financeira europeia e de passarem para a ofensiva revolucionária de tomada do poder.

Portugal também se arrasta

Alguns dados das últimas semanas evidenciam a situação de Portugal. O desemprego chegou a 14% no último trimestre de 2011, um aumento de 1,6% em relação a terceiro trimestre. Contabilizam-se já mais de 770 mil portugueses desempregados e sem expectativa de alcançar novos empregos. O PIB também recuou: na estimativa apresentada para 2011, houve uma contração de 1,5% em relação a 2010. Apenas no último trimestre do ano, a redução chegou a 1,3%. Com um PIB de cerca de 230 bilhões anuais, o recuo nas estimativas demonstra a fragilidade da economia, menos industrializada do que a da maioria dos países vizinhos e a impossibilidade de arrancar o país da bancarrota a curto prazo.

Acompanhando esses dados, as chamadas agências de avaliação de risco rebaixaram os papéis de pelo menos vinte instituições financeiras do país. A agência Fitch rebaixou a classificação dos títulos emitidos pelo governo, tornando-os parte do grupo de “baixa classificação”. Para além da especulação incluída nessas avaliações, há um verdadeiro temor dos mercados com os papéis do país. Do mesmo modo, esse temor justifica a atuação mais repressiva e mais dura do governo português contra o movimento que defendeu as conquistas sociais.

Algumas medidas apresentadas desde o final do ano comecem agora a serem aplicadas. Trata-se do último pacote de austeridade, que continha cortes nos 13º e 14º salários do funcionalismo público, redução de gratificações aos aposentados, que representam até 20% de corte nos salários, além de corte em serviços públicos, como reestruturação nos transportes do país.

Trabalhadores, desempregados e juventude portugueses saem às ruas

Em fevereiro, pelo menos duas grandes manifestações ocorreram. A primeira, no dia 02, quando uma greve de 24 horas afetou os transportes, paralisando metrô, ônibus e transporte

fluvial e, a segunda, no dia 11, quando pelo menos 300 mil trabalhadores, organizados pela CGTP, protestaram contra o pacote de austeridade do governo.

Os protestos, embora ganhem repercussão nacional e demonstrem descontentamento geral da população, não conseguem ainda superar as travas do sindicalismo reformista. Um exemplo disso é que a UGT, a outra Central de peso no país, assinou um acordo com o governo concordando com as medidas de austeridade. A última greve geral contou com a participação das duas Centrais. Agora o movimento comparece dividido pela política traidora da UGT.

A política de paralisações por tempo determinação, a divisão dos trabalhadores pelas Centrais, a pressão ao parlamento são instrumentos para conter e barrar o instinto de revolta dos trabalhadores e da classe operária, em especial. A situação de Portugal não é muito diferente da apresentada pela Grécia. Nesta os ataques são mais profundos e já se prolongam por, pelo menos, três anos; em Portugal, os maiores ataques aos direitos projetaram-se agora em 2011. A fraqueza organizativa da classe operária, influenciada pelos sindicatos e centrais reformistas e estalinistas, obstaculiza a luta. Há a necessidade de se forjar novas direções para combater a política dos governos. Sem o protagonismo do proletariado, sem a ação radicalizada das massas, serão repetidos em Portugal os mesmos passos já dados na Grécia. Só a ação revolucionária das massas pode barrar a política de austeridade e romper com as travas do capital especulativo que suga e destrói as forças produtivas nacionais. A construção do partido operário revolucionário em Portugal é uma necessidade da luta do povo europeu contra a atual etapa de crise da economia capitalista.

Romênia, no precipício

A Romênia, que recorreu à União Europeia e ao FMI para obter 5 bilhões de euros, além de outros 29 bilhões no ano de 2009, impôs sacrifícios monstruosos aos trabalhadores. Entre as medidas estão a redução de salários do funcionalismo público em 25%, o congelamento das aposentadorias, demissões e privatizações.

Os explorados e a juventude vêm realizando manifestações contra as medidas. O primeiro-ministro, Emil Boc, diante da enorme pressão dos credores internacionais e de sua crescente impopularidade, renunciou. O governo ficou nas mãos do chefe do serviço de inteligência (polícia-política). O FMI e UE vistoriam as contas do País. A recessão e o empobrecimento das massas estão na base dos novos conflitos.

A Romênia é um pequeno país do sudeste europeu, com um PIB de apenas 161,6 bilhões de dólares (2010), sendo que 67% dele é constituído pelos serviços. Cerca de 40% da população ainda vive no campo, numa forma de economia de subsistência, a agropecuária contribui com 7% na formação do PIB. A dívida externa avançou enormemente com o processo de restauração capitalista, nos anos 90, alcançando 117,5 bilhões de dólares (2009). Como se vê, quase o PIB. A burocracia pró-estalinista que desmoralizou e afundou a República Popular da Romênia, conquistada em 1947, acabou cedendo à restauração capitalista.

A derrubada da ditadura burocrática de Nicolae Ceausescu

pelas massas pôs fim ao regime corrupto, mas não o substituiu por um governo proletário e revolucionário. O novo regime pró-capitalista, encabeçado por uma das frações da burocracia estalinista, sob a direção de Ion Iliescu, colocou a Romênia de joelhos perante o capital imperialista europeu. O resultado foi catastrófico. O setor mais avançado do proletariado, como são os mineiros, tem a tarefa de reconquistar posições revolucionárias que puseram fim à monarquia em 1947 e iniciaram o processo de construção socialista.

Pobreza condena milhões de europeus

O relatório divulgado pela Eurostat, em fevereiro, indicou que 23,4% da população da União Europeia (115 milhões) estão na pobreza. Entre os países com maior percentual, se encontram a Bulgária, Romênia, Hungria, Espanha, Portugal, Grécia etc.

Esses 115 milhões são os que não conseguem pagar aluguel e as contas da família, nem comer carne ou outra proteína a cada dois dias e sequer manter a casa aquecida durante o inverno.

A desintegração da Europa acelera o empobrecimento geral da população e joga no precipício da pobreza absoluta milhões de seres. O rico continente, que se gabava do “estado de bem-estar social” e dos feitos da social-democracia, afunda na crise de superprodução e sob o peso gigantesco da oligarquia financeira parasitária.

Os números já são suficientes para se afirmar que na esplendorosa Europa capitalista do pós-guerra a barbárie desponta e indica que continuará sua marcha ascendente, caso o proletariado não lidere o movimento revolucionário pela derubada da velha e apodrecida burguesia.

Abaixo o capitalismo parasitário e decomposto! Viva os Estados Unidos Socialistas da Europa! Reconstruir a IV Internacional!

O partido bolchevique que liderou a primeira revolução proletária vitoriosa e a III Internacional sob a direção de Lênin e Trotsky levantaram a bandeira de **Estados Unidos Socialistas da Europa**. Respondiam ao capitalismo moribundo, que mergulhou o continente na 1ª Guerra, e que, já nos inícios dos anos 20, aplainava o caminho da 2ª Guerra Mundial.

No IV Congresso da Internacional Comunista, de novembro de 1922, a resolução sobre a tática diagnosticava e preparava os comunistas para combater o que seria a hecatombe de 1939/1945. Eis: *“A paz de Versalhes está destruída nos fatos, pois não só não conseguiu um acordo geral dos Estados capitalistas, uma supressão do imperialismo, como também, pelo contrário, criou novos antagonismos, novos armamentos. A reconstrução da Europa é impossível na situação dada. A América capitalista não quer fazer nenhum sacrifício pela restauração da economia capitalista europeia. Os Estados Unidos sobrevoam como um abutre sobre o agonizante capitalismo europeu, que herdarão. Os Estados Unidos reduzirão a Europa capitalista à escravidão, se a classe operária europeia não se apossar do poder político e não se dedicar a reparar as ruínas da guerra mundial e começar a construção de uma República Federativa dos Sovietes da Europa”*.

A previsão se confirmou e a bandeira de Estados Unidos

Socialistas da Europa, cuja forma é a da República Federativa Soviética, mostrou sua validade histórica.

Menos de um ano depois do IV Congresso, Trotsky publicou o texto “É apropriado para o momento a consigna: Estados Unidos da Europa?” Responde afirmativamente com base nas contradições entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e bloqueadas pelas fronteiras nacionais. A 1ª Guerra comprovou *“que as forças capitalistas de produção tinham ultrapassado as fronteiras dos Estados nacionais europeus”*. Trotsky conclui que *“os métodos adotados pela burguesia no poder para superar as fronteiras que ela mesma criou somente aceleram o caos existente e a desintegração”*. E assim retomou a resposta dada pela III Internacional. Fundamentou-a perante a situação: *“Temos de oferecer uma solução aos operários e camponeses da arruinada e demolida Europa, independentemente de como se desenvolva a revolução nos Estados Unidos, Austrália, Ásia ou África. Observado deste ponto de vista, a consigna dos ‘Estados Unidos da Europa’ está no mesmo plano histórico que a do ‘Governo Operário e Camponês’; é uma consigna transitória, indica uma saída, uma perspectiva de salvação, e brinda ao mesmo tempo um impulso revolucionário às massas trabalhadoras”*. Fundamenta a consigna: *“É perfeitamente evidente que as barreiras aduaneiras devem ser demolidas. Os povos da Europa devem considerá-la como o terreno para uma vida econômica unificada e crescentemente planificada”*.

O programa da IV Internacional dedicado às particularidades da França, aprovado em 1934 com o nome de Programa de Ação dos Bolcheviques-Leninistas Franceses, estabelece a tarefa de lutar contra a guerra e empunha a bandeira de *Estados Unidos Socialistas da Europa*. Assim a concebe: *“Contra a política de blocos imperialistas, contra as mentiras pacifistas da Sociedade das Nações, contra a diplomacia secreta da guerra e a loucura dos armamentos, no velho continente europeu, dividido, militarizado, ensanguentado e ameaçado pela ruína total por uma nova guerra, levantamos a única bandeira libertadora, a dos ‘Estados Unidos dos Operários e Camponeses da Europa, a da Federação fraternal dos Estados soviéticos!’*”.

Novamente a Europa se despedaça e não por acaso começando pelos países que compõem a União Europeia. Por enquanto, os governos e as frações capitalistas procuram resolver os impasses pela via dos planos e medidas econômico-financeiras. Unem-se sob a diretriz de ataque à vida das massas. Evitam potenciar os choques entre nações, que se manifestam sob a hegemonia da Alemanha e França.

O espectro das duas grandes guerras ainda paira sobre o firmamento do continente. Não obstante, de fracasso em fracasso, cada governo e nação voltará a se fechar em suas fronteiras e ao mesmo tempo a se lançar contra as fronteiras das demais.

O proletariado e a classe média que começa a se arruinar não têm outra alternativa senão abandonar o leito conservador imposto pela burguesia e bem protegido pelas direções sindicais burocráticas. É o que mostra o movimento de massas, que se alastra por toda a Europa.

Uma situação pré-revolucionária se gestou. E vai se desenvolver no próximo período. A bandeira estratégica dos Estados Unidos Socialistas da Europa se recoloca objetivamente. Com ela, comparece a crise de direção que deve ser superada reconstruindo a IV Internacional.

Paraguai:

Conflito agrário na fronteira com o Brasil

Desde janeiro deste ano, desatou-se uma escalada de enfrentamentos no campo. O início dos conflitos foi motivado pelas medições dos terrenos em litígio que o executivo começou a executar, através do *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra*, órgão do ministério de agricultura e pecuária. A medição dos milhares de hectares cuja legalidade é questionada há décadas é o procedimento que, segundo o governo, permitirá posteriormente saber quem tem propriedades legais e facultará ao estado retomar as irregulares para fazer a reforma agrária.

Evidentemente que os fazendeiros, em sua grande maioria beneficiados pela posse duvidosa de imensos terrenos, fazem de tudo para que o governo não consiga concluir as medições. Na outra ponta, os camponeses sem terra, iludidos pelo canto de sereia do governo empurram no sentido de que se executem logo as medições. Em muitas propriedades houve enfrentamentos entre os jagunços armados pelos fazendeiros e os sem terra que acompanham os representantes do governo encarregados de fazer as medições.

Os conflitos já eram particularmente agudos nas fazendas de brasileiros que exploram as terras ao largo da fronteira – as melhores – pois, à pressão pelo acesso dos camponeses a um mínimo de condições de sobrevivência, somou-se a revolta provocada pela cumplicidade das autoridades judiciais e municipais com os proprietários “estrangeiros”, cuja legalidade sempre foi duvidosa. Mas o conflito alcançou seu ponto crítico quando alguns camponeses resolveram ocupar parte das terras de Tranquilo Fávero, brasileiro radicado há 40 anos no Paraguai e considerado o maior produtor de soja do país.

Fávero é dono de mais de 45 mil hectares de terra, e deve faturar alto com a venda de grãos neste ano. “Vamos negociar pelo menos 480 mil toneladas de soja, o que deve render algo em torno de US\$ 190 milhões. Devemos ter mais 135 mil toneladas de produção própria, o que dá mais uns US\$ 50 milhões”, explicou a uma reportagem da Veja. Fávero, que já plantava soja no Paraná no início dos anos 60, decidiu se mudar para o Paraguai durante o governo do general Alfredo Stroessner. Comprou muita terra barata e desde então não parou de crescer (os sem-terra acusam Fávero de haver grilado pelo menos 167 mil hectares de terras públicas e o desafiam a mostrar seu título de propriedade). Hoje é um dos maiores empresários do país e tem grande influência na política local. O agronegócio responde por 80% do PIB do país e é em grande medida responsável pelos 15,3% de crescimento da economia verificados em 2010.

Mas porque o ataque contra a propriedade de Fávero provocou uma reação tão aguda? Porque se o movimento camponês é capaz de atacar o mais poderoso fazendeiro do país e não ser exemplarmente reprimido pelo governo, significa que a sacrossanta propriedade privada PODE ser questionada de fato. Por isso, armou-se uma grande frente contra estas limitadas ocupações – já houve no Paraguai movimentos muito maiores e mais organizados – que incluem fazendeiros, federações empresariais, parlamentares, imprensa, prefeitos e vereadores e claro, os políticos e a imprensa brasileiros. To-

dos enfileirados explicitamente na defesa da PROPRIEDADE PRIVADA.

Um dirigente dos fazendeiros, o engenheiro Rubén Sanabria organizou um “acordo democrático” com todos os possíveis candidatos à presidente da república nas próximas eleições de 2013. Este personagem afirmou que “o fundamental será o respeito à **propriedade privada, ou seja, à Constituição Nacional**”. Além de toda a imprensa burguesa paraguaia, a imprensa brasileira e os políticos de todas as bandeiras pressionam o governo paraguaio a “respeitar a propriedade privada”. Há quem afirme inclusive que a mudança de tom no discurso do presidente Lugo se deve ao puxão de orelhas que teria levado do Lula no hospital Sírio-Libanês quando ambos se encontraram nas últimas semanas. É a mesma pressão verificada na deslavada declaração do secretário de Assuntos Internacionais de Foz do Iguaçu, Sérgio Lobato da Mota Machado que afirmou: “... o governo brasileiro tem sido um ‘bom irmão’ para ao Paraguai, bancando até asfalto e escolas naquele país. Está na hora do governo mostrar sua força diplomática e todo seu peso político para que os brasileiros que moram lá se sintam protegidos”.

Conflito agrário e terras mal havidas

A alienação das terras públicas paraguaias que se iniciou depois da guerra contra a tríplice aliança 1864-1870 sempre foi realizada sob a forma de negociatas das que se beneficiaram grupos de empresários estrangeiros que adquiriram imensas extensões virgens e férteis a preço vil junto com as oligarquias políticas que serviram àqueles capitalistas. Os camponeses sobreviventes da guerra e, posteriormente, seus filhos e netos, ao se verem despossuídos das terras que seus ancestrais cultivavam não tinham alternativa a não ser migrar para a Argentina ou o Brasil.

Diversos políticos paraguaios durante o século XX lamentavam o “desarraigo” dos paraguaios que sem poder ter um pedaço de terra para plantar eram obrigados a buscar outros países. Por isso, a reforma agrária foi colocada no ideário do *Estado Nacional Revolucionário* de 1936, mas, esta tentativa nacionalista fracassou e foi definitivamente enterrada na guerra civil de 1947.

Durante a ditadura de Alfredo Stroessner 1954-1989 expandiu-se a fronteira agrícola e se iniciou a desconcentração populacional. Depois da guerra contra a tríplice aliança, a maioria da população se concentrava nos departamentos próximos à capital. Em parte a desconcentração foi uma resposta da ditadura às guerrilhas que enfrentou nos anos de 1960 e que resistiram por dez anos entre os camponeses do departamento de Cordilheiras. Iniciou-se assim a ocupação do leste a caminho do rio Paraná na forma de colônias e de concessão de terras no meio dos montes do Alto Paraná nos quais eram jogados os camponeses sem nenhuma outra condição de sobrevivência ou produção.

Concomitantemente, Stroessner concluía o alinhamento do país com os militares do Brasil e resolveram o conflito limítrofe no salto das sete quedas eliminando este acidente mediante a construção da hidrelétrica de Itaipu.

A distribuição de terras e ocupação do leste não foi feita para fazer reforma agrária nem desenvolver a economia nacional. A produtividade agrícola do Paraguai crescia muito lentamente, mas em compensação os cúmplices da ditadura – militares e civis – receberam graciosamente imensos territórios fiscais a título de beneficiários da reforma agrária.

A Comissão de Verdade e Justiça, criada para investigar os crimes da ditadura, examinou a adjudicação das terras rurais e os títulos de propriedade outorgados pelos organismos estatais responsáveis pela reforma agrária desde 1954 a 1989 e de 1989 a 2003. Nesse período foram feitas 200.705 adjudicações de lotes que correspondem a uma superfície de 12.229.594. Desse total, 64,1% apresentavam irregularidades de diverso tipo. Evidentemente que esse levantamento provavelmente subvaloriza a quantidade efetiva de terras rurais mal havidas, pois a comissão de verdade e justiça não era uma comissão especializada na análise de problemas de terra, nem da intrincada e obscura burocracia cartorial. Mesmo assim, chegou a documentar mais de uma centena de nomes importantes de cúmplices da ditadura que se beneficiaram da distribuição de terras fiscais.

A crise econômica que afetou agudamente a Argentina expulsou milhares de paraguaios que voltaram para o país o que, somado aos que não mais tinham perspectivas de migrar provocou um incremento populacional significativo. Durante a construção da usina de Itaipu houve um auge econômico que conseguia absorver essa população. Porém, passada essa fase, as limitações da atrasada economia paraguaia voltaram a se manifestar agudamente. O fenômeno dos milhares de camponeses sem terra que pressionam para conseguir os lotes prometidos desde sempre passou a ser um elemento da política nacional.

O governo Lugo, que se elegeu prometendo fazer a reforma

agrária, logo se viu impossibilitado de cumprir essa promessa. Foi empurrando com a barriga. Agora, no final do mandato, diante da pressão da luta de classes e das denúncias de grilagem resolveu fazer a medição dos lotes em conflito e verificar a legalidade das propriedades. Claro, o governo afirma também que a medição é só o começo, pois quem deverá resolver em definitivo é o judiciário.

Os movimentos camponeses, demonstram o seu atraso precisamente por acreditar nessa via para resolver o acesso à terra. Mas, se chocam a toda hora com o caráter de classe do judiciário. Vários juízes têm protelado a iniciativa do governo nacional para executar as medições com os argumentos mais estapafúrdios. As contestações às medições são feitas por fazendeiros individuais, prefeitos ou por associações de fazendeiros, tanto faz, seja quem for que questione é motivo para protelar. Em alguns casos os camponeses se revoltam contra os juízes e invadem os juizados, ameaçam os magistrados, mas, continuam dependendo das decisões destes.

Com o endurecimento do governo nacional que, pressionado pela ampla frente pró-propriedade privada ameaça despejar a violência policial e militar contra os camponeses, esses grupos chamados de “carperos” [que vivem sob lonas – barracas] não têm futuro e nem tem como resistir. Manifesta-se de modo dramático a limitação histórica do movimento camponês, que, isolado da classe operária não é capaz de encontrar uma saída revolucionária. Fica preso às alternativas que a burguesia pode lhe oferecer, na verdade, às migalhas, porque o camponês ainda tem seu horizonte limitado à propriedade privada.

No Paraguai, assim como em qualquer nação atrasada, a reforma agrária, uma típica tarefa da revolução democrática, só é concebível no quadro da revolução proletária e esta por seu turno está condicionada a estruturação no país do partido internacional do proletariado, a IV Internacional.

Argentina:

Para combater a inflação, impor o salário mínimo igual ao custo da cesta básica familiar, ajustada mensalmente, para todos os trabalhadores, hoje em \$ 6.500 para Buenos Aires

O Governo trabalha para colocar um teto nas negociações paritárias com argumentos diferentes. Setores da burocracia anunciaram que não querem enfrentar seu governo, mas que o reajuste deveria ser entre 25% e 30%. Cresce a raiva porque a carestia é cada vez mais sentida, ainda mais com os “tarifões” que estão por vir. Os burocratas, assim, sentem essa pressão.

As negociações paritárias são formadas por três partes, a representação dos trabalhadores (exercida pelos burocratas), a representação da câmara patronal e o Estado, (também patronal, para decidir caso não haja acordo entre as partes). Os trabalhadores, mesmo em condições desiguais, não elegem diretamente seus delegados para representá-los nestas negociações.

A presidente disse: “Eu ordenei que fôssemos medindo por setor como a produtividade tem crescido, (...) todo mundo vai poder negociar livremente em suas comissões paritárias, mas de acordo com a rentabilidade de cada empresa”. Sua ordem é que o reajuste salarial leve a um aumento da exploração dos trabalhadores, e não

a uma redução dos lucros corporativos, que dessa forma não precisará compensar através de preços mais elevados. Está protegendo a rentabilidade dos empresários, a atual e a acumulada, estão garantindo os super-lucros dos capitalistas. É a isso que se referem quando falam de produtividade e competitividade. Ao mesmo tempo, reconhecem que existe uma maior utilização da capacidade instalada, de cerca de 84%, então todo aquele lenga-lenga de “produzir mais com os mesmos recursos” deve ser interpretado como uma reivindicação de maior exploração, para que os trabalhadores melhorem seu salário real.

Moyano, secretário-geral da CGT, toma a reivindicação dos assalariados que reivindicam paritárias livres (sem tetos ou condicionamentos), mas tem o cuidado de não apontar qual deve ser o mínimo a ser pago a todos os trabalhadores. Todos os dias faz declarações que se reproduzem por todos os meios de comunicação, mas nunca o ouvimos dizer qual é o piso das negociações, e como o impor. Essa é a questão central: que o salário mínimo seja sufi-

ciente para cobrir o que realmente custa a cesta básica familiar (o que significaria um reajuste de 100% para numerosas convenções coletivas), e só pode ser imposta aos patrões e ao governo através da ação direta de todos os trabalhadores, isto é, por meio da greve, nunca através de uma mesa de negociação, nem fazendo declarações, nem por leis parlamentares.

As cartas de Moyano ao presidente e à opinião pública, lançadas nestes dias, esquivam-se desta questão crucial. Moyano se refere nas cartas a abonos familiares, exaltando para cobrá-los, pois é uma reivindicação sentida. Mas voltemos ao essencial: a base do acordo coletivo, o salário pago ao trabalhador que começa a trabalhar na categoria mais baixa, deve ser igual ao da cesta básica familiar. O que mais poderia significar para Moyano quando diz que deverá considerar os preços do supermercado? Por que não diz claramente qual o valor da despesa no supermercado?

Também diz que deve haver uma reforma tributária para eliminar os impostos do salário, sem dúvida uma reivindicação justa, mas sem mencionar o IVA (imposto sobre valor agregado) pago por todos os trabalhadores, totalmente regressivo, com uma percentagem entre as mais altas do mundo, que deve ser eliminado.

Ele também menciona em suas cartas que existem trabalhadores “que recebem salários muito abaixo do salário mínimo vital e móvel, tanto trabalhadores do setor estatal como do setor privado (pela exploração a que são submetidos os trabalhadores não registrados, os terceirizados, os subcontratados ou os que trabalham em cooperativas de fachada, dirigidas por empresários sem escrúpulos, que recebem lucros fabulosos), os que são submetidos a piores condições de trabalho, em muitos casos beirando à escravidão”, que é uma queixa muito verdadeira, mas insuficiente. O chefe da CGT deve dizer que a grande maioria dos trabalhadores não consegue comprar a cesta – o mínimo necessário para sobreviver como pessoas – e deve exigir o fim do trabalho precário em todas as suas formas, que hoje corresponde a mais de 30% dos trabalhadores.

Mas uma de suas maiores reclamações é sobre a saúde pública. Reivindica à Presidente que os trabalhadores elejam quais convênios entre os quais os fundos de 12 bilhões de pesos devem ser divididos. Somos a favor de acabar com todas as formas de saúde empresarial. A saúde deve ser integrada num sistema único estatal sob controle coletivo de todos os trabalhadores, terminando com as negociatas entre prestadores, intermediários, que ficam com boa parte dos recursos do sistema. A Saúde deve estar completamente fora do lucro capitalista, sejam clínicas, laboratórios, convênios pré-pagos, ou instituições filantrópicas. Os burocratas temem como a peste perder o controle sobre os convênios, que somam um recurso enorme. A gestão dos projetos sociais, como as frentes de trabalho, ou a execução de tarefas de uma cooperativa, contribui para desvirtuar a natureza do sindicato, cujo fim deve ser organizar os trabalhadores para enfrentar os patrões.

Moyano tampouco se refere aos ajustes que estão em marcha e que afetarão as condições de vida das massas: já anunciaram cortes nos contratos de trabalho em Rio Negro e Córdoba e redução significativa do quadro permanente do funcionalismo público, além dos reajustes dos coletivos, do gás, da eletricidade, etc. (que embora não sejam aplicados de forma selvagem como fez Macri, prefeito de Buenos Aires, com o metrô, os ajustes terão impacto sobre o custo de vida das massas). Em Córdoba, foram cortados os subsídios dos transportes públicos e a passagem subiu para \$ 3,20. É necessário alertar sobre os cortes orçamentários, os “tarifaços”

(violentos ou graduais). A crise mundial está sendo descarregada sobre a maioria, para salvar as empresas e especialmente o sistema financeiro. A Argentina não está fora da grande crise e do colapso capitalista.

O governo e seus funcionários estão nervosos. Muitas das reclamações feitas por Moyano são sentidas pelos trabalhadores que votaram esmagadoramente neste governo. Moyano tem sido um suporte decisivo para a experiência kirchnerista e existe o medo que a ruptura possa ser o início do fim. Os intelectuais “progressistas” chamam Moyano para que se subordine ao governo, para que não faça uma ruptura, porque a Presidente governa para todos e que lhe importam mais os setores mais vulneráveis da sociedade. Dizem-lhe que deve acatar as decisões do governo peronista. Martelam todo dia na importância da fixação do percentual para os aposentados e numa suposta recuperação dos salários reais em 2011, mas não dizem que o salário médio é de cerca de \$ 3.000. Nas próprias fileiras de Moyano surgem dúvidas, eles que são os artífices da conciliação e da negociação não podem se envolver em disputas com um governo, que consideram como seu. Já no governo trabalham para isolar Moyano, procuram outro dirigente mais maleável para dirigir a CGT. Rechaçamos qualquer interferência patronal, de seus partidos e de seu governo na seleção dos candidatos para a secretaria-geral da CGT, é uma questão que deve ser resolvida apenas pelos trabalhadores com seus próprios métodos.

A classe operária deve prestar atenção a este choque, porque o que aparece no fundo é o ataque às condições de trabalho e de vida, mas buscando sua independência política e organizativa. Ambos os setores, governo e burocracia são expressões da mesma classe, capitalista, que visa a preservar o seu regime político em primeiro lugar.

– Salário Mínimo igual ao custo da Cesta Básica Familiar para todos os trabalhadores (\$ 6.500 em Buenos Aires). Fim do desemprego e de todas as formas de trabalho precarizado, repartindo todo o trabalho entre todos os trabalhadores, sem afetar o salário. A jornada de trabalho nunca deve exceder a oito horas diárias.

– Negociações Paritárias Livres: para impor um piso igual ao custo da Cesta Básica Familiar e uma percentagem não inferior à inflação do ano passado. Debater nos locais de trabalho qual é a reivindicação e como podemos impor delegados paritários. Que ocorra uma plenária conjunta de delegados em cada sindicato para definir o que e como negociar com os patrões. O burocrata não quer fazer assembleias, já sabe a opinião das bases, quer ter a mão livre para fazer acordos com a patronal.

– Definir com precisão quais os métodos para impor nossas reivindicações. A greve é o método histórico, tradicional, para fazer sentir o poder da classe. A greve unificada, e não de cada setor. Os trabalhadores de Santa Cruz não devem ser deixados sozinhos lutando contra os ajustes, nem a juventude que está lutando contra o aumento da passagem em Córdoba, nem os que estão levando uma luta exemplar contra a mineração em Famatina. Para impor as reivindicações, é necessário agir como um único punho, e tirar de cima de nossas cabeças as direções burocráticas que isolam, desmoralizam e se chocam contra aqueles que lutam.

(extraído do Jornal “Masas” argentino, nº 256, de fevereiro de 2012)

Observação: cesta básica familiar se refere a tudo que for necessário para manter uma família (aluguel, alimentação, tarifas, saúde, educação, etc)

Argentina:

O governo kirchnerista se coloca pela defesa irrestrita do saque e da opressão imperialistas

A demagogia nacionalista do governo kirchnerista esbarra nas leis da história que impedem o desenvolvimento de uma política nacional burguesa na época de dominação da propriedade privada monopolista dos meios de produção e dos recursos naturais. Época na qual a democracia burguesa nas semicolônias comparece como uma ditadura de um punhado de monopólios por cima das fronteiras nacionais. Contra esta lei, se chocaram todos os intentos nacionalistas burgueses, que acabaram de joelhos frente à parasitária e decadente burguesia imperialista. Agora é o kirchnerismo que serve de canal a esta lei e a materializa no país, no marco da crise do capitalismo mundial.

A encenação contra a “pirataria inglesa”, em um ato junto à oposição burguesa em 8 de fevereiro, se extinguiu tão rápido como surgiu. A pólvora de seus fogos de artifícios se inutilizou com o balde de água “diplomático”, lançado pelos Estados Unidos, que se negaram a condenar a militarização britânica nas Ilhas Malvinas.

Mas foi a preservação dos interesses imperialistas no País que obrigou Cristina Kirchner a passar da demagogia nacionalista “para fora” a uma política pró-imperialista “para dentro”. Assim, saiu em poucos dias a prestar apoio ao saque mineiro, que tem entre seus exploradores os reconhecidos “piratas ingleses”. O ato da Casa Rosada comparece, nos acontecimentos, com o propósito de centralização da ação de todas as frações burguesas e seus partidos frente aos “problemas interiores” que surgem da crise: como garantir o lucro monopolista e atacar as massas destruindo suas condições de vida. Assim, nos últimos dias, saiu em respaldo à mega-mineradora britânica e se posicionou contrária à luta da população, que se reunia em assembleia nas cidades diretamente afetadas. Decidiu enfrentar as medidas de ação direta da população (bloqueio de estradas e piquetes que fechavam o acesso às jazidas) com os contra-piquetes organizados pela patronal mineira, pelo governo nacional e dos municípios. Mas, principalmente, criando o marco político e jurídico ajustados às novas condições de exploração imperialista diante de uma resistência popular cada vez mais massiva e radicalizada. A aprovação da Lei Antiterrorista (esta se aplica aos lutadores e assembleístas, em todos os conflitos com as mineradoras) foi exigida pelo imperialismo e aprovada no Congresso em fins de 2011. É o instrumento de que se vale o kirchnerismo para abortar a radicalização e nacionalização da revolta.

O imperialismo, atuando por cima das fronteiras nacionais, impõe à política e às leis dos estados nacionais os seus interesses de rapina nas semicolônias. A aliança do governo com os monopólios e o capital financeiro demonstra, melhor do que mil discursos de fé nacionalista, a face servil do kirchnerismo como agente político de seus negócios no país.

Da denúncia internacional do imperialismo à associação direta com seus negócios

O Ministro do Planejamento, Julio De Vido, por ordem direta de Cristina Kirchner, impulsionou a criação de uma associação de nove governos municipais, com explorações mineiras, para contra-atacar a resistência popular e as denúncias públicas contra a contaminação de águas, solo e terras. Procura, assim, criar uma estrutura de interesses políticos e econômicos que permitam realizar os milionários lucros da exploração mineira e, em troca, nutrir-se das migalhas. Por isso se impulsionou a *Organización Federal de Estados Mineiros (OFEMI)*(1) dos

governos dos municípios, onde se exploram os minérios.

O acordo procura criar as bases de uma associação comercial entre os estados e os monopólios, onde “os municípios devem criar sociedades públicas municipais...que permitam que o Estado se associe às multinacionais (2). O interesse material das camarilhas políticas que parasitam no estado tem a cor e o cheiro do dinheiro: “entre 2003 e 2010, as exportações do setor cresceram 351%: passaram dos US\$ 1,005 bilhão a US\$ 4,533 bilhões”. Mas os “mais de 120 conflitos”(3) surgiram como uma ameaça para esses milionários negócios e é aí onde deve intervir o Estado, reprimindo.

O negócio é demasiado grande para que os direitos da população de um ambiente sem contaminação estejam acima do direito da propriedade privada. O imperialismo dará aos governos as migalhas necessárias para amenizar a crise política que surgirá do não cumprimento das promessas eleitorais e do desmascaramento do governo como agente da ordem e do saque imperialista.

A sangue e fogo, se defende o lucro dos monopólios

As câmaras empresariais, vinculadas ao setor, festejaram o acordo. Claro que manifestaram dúvidas a respeito de destinar alguma migalha dos lucros aos arrivistas da política burguesa. Mas esta participação parasitária não afeta minimamente seus interesses. Pelo contrário, obrigam aqueles a estabelecer normas para o negociado, incluindo a repressão. O governo atual, assim, com toda a força do Estado burguês, garante o marco jurídico e repressivo contra a resistência da população.

Há alguns dias, publicou-se os meios com que a gendarmeria, força militar utilizada amplamente pelo kirchnerismo, há anos realiza “uma base de dados ilegais sobre dirigentes sindicais, sociais, estudantes, organismos de direitos humanos e políticos. Afirmou o próprio comandante geral da gendarmeria, Héctor Bernabé Schenone. (...) a base dos dados inclui um detalhado sistema de dados pessoais obtido mediante infiltrações em protestos sociais. É o denominado Projeto X”(4). E que, segundo se informou, usou-se para se infiltrar em uma mobilização em repúdio ao assassinato de Mariano Ferreyra, assassinado por um bando sindical em conivência com a Polícia Federal.

O governo auto-proclamado nacional e popular dos Kirchner culmina seu ciclo demagógico e de conciliação de classes com uma completa submissão ao imperialismo. A crise econômica potencia os antagonismos irreconciliáveis entre opressores e oprimidos e entre explorados e exploradores. Nessas condições, o kirchnerismo toma o decidido partido pelo imperialismo.

Construir o partido operário e revolucionário para consumir a libertação nacional

A contraposição do kirchnerismo às reivindicações populares que mobilizam milhares contra o saque imperialista da mineração cria as condições para que as ilusões democráticas das massas em seu governo comecem a se esgotar. E cria as condições políticas e sociais para materializar a aliança dos explorados em uma frente única de ação contra o imperialismo. Ao mesmo tempo, a radicalização das lutas, a ação direta e as organizações de massa (assembleias populares) expressam a importância dos métodos proletários para o desen-

volvimento da luta dos oprimidos e a forma de enfrentar e impor as reivindicações mais sentidas.

Sem dúvida, a debilidade do embrião do partido revolucionário do proletariado argentino (POR) constitui um obstáculo à elevação das lutas reivindicatórias para a luta antiimperialista e anticapitalista. Luta que somente pode efetivar-se com a presença organizada, coesa e consciente da classe operária como dirigente da nação oprimida. Daí a contradição entre as condições objetivas e subjetivas para materializar a aliança da classe operária com os demais oprimidos sob a Frente Única Antiimperialista. A ausência de sua direção revolucionária enraizada fisicamente nas lutas é a chave da situação política. Sem resolver essa contradição, as lutas por si mesmas não serão suficientes para romper as cadeias da opressão nacional nem pôr um freio à voracidade imperialista.

A defesa do programa proletário de libertação nacional das cadeias imperialistas e a construção do partido operário revolucionário se entrelaçam e materializam as leis históricas, onde a luta reivindicatória e democrática conclui e se concretiza com a revolução e ditadura proletárias. E as tarefas democráticas se desenvolvem e transformam,

Argentina

Sobre a história da luta pela soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas

A soberania nacional argentina sobre as Malvinas materializa-se com a expulsão do imperialismo por meio da Frente Única Anti-imperialista e a revolução e ditadura proletárias

No início de fevereiro, ampliou-se a disputa histórica que mantém o Estado e governos argentinos com o Estado e governo britânicos sobre a soberania e a propriedade territorial das Ilhas Malvinas. Elas pertencem à plataforma continental argentina e são parte de seu território nacional, porém estão impedidas de dispor livre e soberanamente pela prematura ocupação colonial nas mãos do imperialismo inglês, em 1833. Uma população artificialmente colocada nas ilhas serviu de base para ampliar a influência imperialista no Atlântico Sul. Sua posição geográfica é estratégica aos negócios petrolíferos, pesqueiros e minerais, assim como para garantir uma base de manobras militares.

Antes da guerra de 1982, advertia-se sobre a enorme importância de seus recursos. O imperialismo então procurava firmar um acordo comum. Porém, as condições de existência da ditadura militar na Argentina, abatida pela crise econômica e o ascenso das greves, obrigou-a a uma saída guerreira do regime, já isolado internacionalmente. Ocupou militarmente as ilhas descadeando a reação inglesa, que acabou com a derrota militar da ditadura e uma completa derrota política da nação oprimida diante ao imperialismo. Novas condições impuseram-se: ampliou-se a presença militar inglesa, intensificou-se a exploração imperialista dos recursos e, principalmente, aprofundou-se a impotência e o entreguismo dos governos democráticos posteriores a 1983.

Os atuais choques remontam às suas raízes históricas de estruturação semicolonial da Argentina

Se a guerra foi feita como um golpe de mão da ditadura, servindo como válvula de escape a sua crise, a sua derrota não permitiu soterrar a reivindicação sobre o direito a soberania nacional das ilhas e o ódio popular contra a Inglaterra que tem por base histórica, econômica e política o saque do orçamento público sob a forma de empréstimos leoninos do Banco Baring Brothers (pagava-se até 25% mais de capital e

ininterruptamente, em socialistas.

Os melhores elementos do proletariado, os destacamentos mais decididos dos oprimidos, os militantes e lutadores mais abnegados e conscientes, devem dirigir seus esforços para a construção do POR e, assim, marchar, sob seu programa e organização, ao encontro dos explorados e oprimidos.

.....

Notas

- (1) *"o anúncio sobre a constituição da OFEMI se realizou na Casa de Jujuv e contou com a participação do ministro do Planejamento, Julio De Vido; o governador jujeño, Eduardo Feliner; a de Catamarca, Lucia Corpacci; o da Rioja, Luis Beder Herrera; o de Santa, Juan Manuel Urtubey; o de San Juan, José Luis Gioja, o de Chubut, Martín Buzzi e o de Mendoza Francisco "Paco" Peres. Aderiram, mas não estiveram, Rio Negro e Santa Cruz"* (Clarín, 16 de fevereiro de 2012)
- (2) Diário Clarín, 16 de fevereiro de 2012
- (3) Diário, página 12, 16/2/2012
- (4) Extratos da carta publicada no programa "A duas vozes", que se emite pela señal Todo Noticias, do grupo Clarín

seus interesses) aos governos oligárquicos do século XIX que, segundo um presidente (Juarez Celman) pagariam-se com "o suor e sangue dos argentinos" e cuja garantia de pagamento era a entrega de terras públicas ao longo das vias férreas (propriedade também dos ingleses); assim como o controle oligopólico dos serviços públicos de Buenos Aires (em fins do século XIX e até meados de XX), as fraudes e a especulação com os bonos do tesouro nacional, a drenagem do ouro aos bancos ingleses, os negócios imobiliários milionários à custa do orçamento público etc. Mais, principalmente, a super-exploração operária e sua violenta repressão e perseguição nas empresas inglesas instaladas no país.

As invasões inglesas a Buenos Aires, a ocupação naval no Rio da Prata e o bloqueio ao porto de Buenos Aires, no início do século XIX; o genocídio dos povos indígenas conduzido por Julio A. Roca para estender a fronteira agrícola para a exploração da terra, gado, ovelhas etc., com destino à indústria inglesa; os massacres contra os operários dos frigoríficos que levantaram-se em greve contra o patronato britânico; assim como a dos operários rurais da Patagônia, na década 1920, aprofundaram o repúdio nacional, operário e popular e firmaram as bases do ódio ao imperialismo inglês entre os explorados e oprimidos. Essa verdadeira raiva e rejeição massivas de amplas camadas da população foi o que permitiu a todos os governos burgueses ganhar o apoio da população, ainda que fossem medidas demagógicas (denúncias internacionais ou "negociatas bilaterais") ou até o apoio à guerra de 1982.

Porém, era e é no alto do poder econômico e político do país, entre suas classes dominantes nacionais e seus partidos políticos, que a opressão imperialista (primeiro da Inglaterra, depois dos EUA) teve sempre sua base e apoio social mais importante e estável. O genocídio dos povos indígenas, as repressões operárias nos frigoríficos e o massacre nas terras da patagônia foram medidas ditadas pelos governos oligárquicos e até "populares" (como o radical de Yrigoyen) e tiveram o completo apoio do imperialismo inglês. Mas, as classes dominantes no país tentam resistir, com maior ou menor consequência, a completa submissão econômica e política, porém nunca rompê-la. Seus inte-

resses limitam a estabelecer melhores condições para seus negócios pessoais e garantir a sua parte no saque da exploração semicolonial do país. Já que uma colonização aberta significa e significava a apropriação direta do imperialismo da alta lucratividade, pela exploração dos seus grandes recursos naturais, da renda agrária, do investimento estatal e de sua mão-de-obra barata mais qualificada.

A conformação das classes desde a estruturação do país como semicolônia do imperialismo é o obstáculo fundamental para que a genuína luta pela soberania nacional se expressasse em luta de massas. A estreita interdependência dos governos oligárquicos e burgueses argentinos com os interesses imperialistas agiu – e ainda age – como bloqueio à mobilização antiimperialista das massas pela expulsão do imperialismo de todo seu território nacional.

Velhos atritos de interesses sobre novas conjunturas econômicas

Em 2010, a exploração de hidrocarbonetos no arquipélago deu um novo salto. Ali chegou para se instalar a plataforma inglesa Ocean Guardian. A ela soma-se o interesse de algumas empresas norte-americanas, que pretendem se associar às britânicas na exploração intensiva dos recursos petrolíferos. O negócio é muito atraente; estima-se que as reservas superam em dez vezes às existentes no Mar do Norte. Essa aliança econômica expressa a histórica aliança política e estratégica; foram os EUA que prestaram todo seu apoio às tropas britânicas na guerra de 82. Os monopólios pretendem agora usufruir com exclusividade da exploração e comercialização dos recursos do arquipélago. Precisamente no momento em que a crise capitalista mundial estreitou a realização do lucro monopolista nos seus países é que o saque das colônias e semicolonias se impõe. Obriga-os a sufocar ainda mais os países oprimidos.

Os “confrontos diplomáticos” entre o governo de Cristina Fernández de Kirchner (CFK) e o governo do conservador David Cameron demonstram a escalada do intervencionismo e as tendências bélicas do imperialismo.

A farsa nacionalista do governo kirchnerista

Não existe nenhuma possibilidade de “saídas negociadas” no marco da crise capitalista e de aprofundamento das tendências bélicas do imperialismo. O envio de um moderníssimo destróier de combate é a maior evidência. Nada indica que os antagonismos poderão se resolver em favor da Argentina no seio da ONU. As “saídas negociadas e diplomáticas” do imperialismo demonstram seu caráter de farsa nas resoluções do Iraque, do Afeganistão, da Líbia, da Síria e do Irã. A ONU já demonstrou ser a coveira internacional das quadrilhas imperialistas, que impõe as condições aos países oprimidos.

Apresenta-se como uma amostra de impotência kirchnerista, as “denúncias” e os manifestos a “respeito da ordem jurídica internacional”. O “reconhecimento” da soberania argentina, os discursos sobre a necessidade de “garantir as negociações” na base da “paz e o respeito comum das nações”, não passam de absurdos. Saudar a política do governo Barack Obama de “saídas negociadas”, como o reconhecimento ao direito soberano do país ou um apoio à nação oprimida, não podem ocultar a estreita colaboração e solidariedade de interesses entre os imperialistas. Se a negociação fosse possível seria baseada na força econômica, militar ou na força das massas mobilizadas. Nada disto pode garantir o kirchnerismo.

O reverso do discurso nacionalista “fora do país” é o compromisso com o saque imperialista “dentro do país”. É importante lembrar a extensão por lei às concessões na exploração de Cerro Dragón, no estado de Santa Cruz, pela empresa British Petroleum (BP). Ou as várias

empresas que exploram a mineração a céu aberto como o firme apoio kirchnerista. Seu inter-relacionamento com os monopólios e o capital financeiro imperialistas impede de traduzir em ação a luta pela emancipação nacional. Tudo reduz a ensaios estérís que não rompem –nem poderiam fazer– a ordem jurídica e militar do imperialismo.

Os conflitos inter-burgueses não anulam o antagonismo entre os países opressores e oprimidos

A política kirchnerista não paira no vazio. Não se trata tão somente de uma manobra com a finalidade de outorgar-lhe oxigênio a sua gestão econômica ou base social de seu governo. Mas sim, é uma expressão do choque entre os interesses antagonísticos em escala mundial entre países opressores e oprimidos. Certo que, sob uma forma política burguesa inconsequente com os interesses reais da nação oprimida.

É próprio da época da crise estrutural do capitalismo, o conflito entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais. As forças produtivas alcançaram uma extensão e potência mundiais, porém se chocam com violência com os interesses (econômicos, políticos etc.) de cada nação, opondo umas às outras. Os países imperialistas expressam as frações produtivas internacionalizadas sob a forma da propriedade privada monopolista. E impõem seus interesses à maioria das nações, expressando o antagonismo entre nações opressoras e oprimidas, que levam aos conflitos territoriais e aos choques bélicos.

Essa lei é a que se manifesta no “choque diplomático” entre os governos argentino e inglês. A sua base material é a impossibilidade de exercitar a soberania argentina sobre as ilhas. Mas, o aprofundamento e extensão da luta (seja econômica, política, diplomática ou militar) está determinada pela classe que a dirige.

Libertar a nação da opressão imperialista com o programa e o método proletários

É impossível o pleno desenvolvimento das nações de capitalismo atrasado, sob a ditadura de um punhado de monopólios que agem por cima das fronteiras nacionais. Essa lei é que permite nos compreender o verdadeiro caráter da política kirchnerista e seus limites de classe.

A soberania argentina sobre as ilhas Malvinas é uma reivindicação dos explorados e oprimidos da Argentina, que hoje abarca os povos indígenas e as comunidades que olham como são arrasados seus territórios pelo saque depredador das mineradoras. É uma tarefa democrática não resolvida e uma consigna que permite materializar a unidade nacional contra o imperialismo.

Porém, não serão nem a parasita burguesia nacional, nem seus governos de turno que darão início à luta que conduz à denúncia pública e o rompimento de todos os acordos (econômicos, políticos, jurídicos e militares) feitos com o imperialismo, a sua expulsão do país por meio da expropriação sem indenização de todas suas empresas e a sua nacionalização, sob controle operário coletivo.

Essa tarefa democrática nacional só poderá ser cumprida pela classe operária, como direção política e física de toda a nação oprimida, apoiando-se na mobilização antiimperialista, baseada na ação direta, materializando a revolução e ditadura proletárias. Luta que necessariamente deve se ligar com a mobilização antiimperialista de todos os povos oprimidos da América Latina e concluir na destruição da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em social, impondo os governos operários e camponeses, que se unirão material e socialmente com os Estados Unidos Socialistas da América Latina. Assim, a luta nacional contra o imperialismo transforma-se em luta internacional do proletariado contra o capitalismo.

Publicamos esta de carta de denúncias de Trotsky contra os crimes de Josef Stálin. Hoje, os estalinistas, ortodoxos, renovados e disfarçados, procuram ficar longe da violência contra-revolucionária da burocracia soviética, desfechada contra os trostkistas e opositores da velha geração de revolucionários. É necessário manter viva a luta de Trotsky contra o estalinismo e a restauração capitalista.

O suicídio de minha filha

Carta aberta sobre a morte de Zinaida Volkova

11 de janeiro de 1933 – León Trotsky

Aos membros do Comitê Central do Partido Comunista da URSS

Ao Presidium do Comitê Executivo da URSS

A todos os membros da Comissão de Controle Central do Partido Comunista da URSS

Considero necessário informar-lhes como e por que minha filha se suicidou.

Ao final de 1930, os senhores concederam a meu pedido a autorização para que minha filha Zinaida Volkova, acometida de tuberculose, viesse por um tempo à Turquia, acompanhada de seu filho Vsevolod, de 5 anos de idade, para se tratar. Não suspeitei que por trás dessa atitude liberal de Stálin se ocultava um motivo posterior.

Minha filha chegou a este lugar em janeiro de 1933, sofrendo de neumotorax de ambos os pulmões. Depois de 10 meses de residência na Turquia, conseguimos obter – apesar da oposição permanente dos representantes soviéticos – uma permissão para que fosse se tratar na Alemanha. A criança permaneceu conosco na Turquia para não molestar a enferma. Passado um tempo, os médicos alemães acreditaram ser possível curar o neumotorax. A enferma começou a se recuperar e sonhava apenas em voltar com seu filho à Rússia para se juntar com sua filha e com seu esposo, um bolchevique leninista exilado por Stálin.

Em 20 de fevereiro de 1932, os senhores publicaram um decreto em virtude do qual, não só minha esposa, meu filho e eu, mas também minha filha Zinaida perdiam a cidadania soviética. No país estrangeiro que os senhores lhe permitiram viajar com passaporte soviético, minha filha se limitou *unicamente* a seu tratamento. Não participou na vida política, não podia fazê-lo devido a seu estado de saúde. Evitou tudo o que poderia provocar “suspeitas” contra ela. O fato de privá-la de sua cidadania foi um miserável e estúpido ato de vingança contra mim. Para ela, esse ato de vingança significava romper com sua filhinha, seu esposo, seu trabalho e tudo que constituía sua vida normal. Sua saúde mental, já perturbada pela morte de sua filha menor e pela sua própria enfermidade, sofreu um novo golpe, tanto mais atroz quanto totalmente inesperado e de nenhuma maneira provocada por ela. Os psiquiatras declararam unanimemente que só o retorno a sua situação normal, com sua família e seu trabalho, poderia salvá-la. O decreto de 20 de fevereiro cortou precisamente essa possibilidade de salvação. Todas as demais tentativas foram, como os senhores sabem, em vão.

Os médicos alemães insistiam que, se se permitisse, ao menos, se reunir com seu filho o mais rápido possível, havia uma possibilidade de devolver-lhe seu equilíbrio mental. Mas as

dificuldades da transferência de Istambul a Berlim se multiplicaram, uma vez que o menino de 6 anos também perdeu a cidadania soviética. Durante seis meses, realizamos esforços constantes, mas inúteis, em diversos países europeus. Somente minha viagem inesperada a Copenhague nos possibilitou a oportunidade de levar o menino à Europa. Com maior dificuldade, este realizou a travessia de Berlim em seis semanas. Mas não havia estado com sua mãe sequer uma semana, quando a polícia do general Schleicher, de comum acordo com os agentes estalinistas, resolveu expulsar minha filha de Berlim. Para onde? Turquia? Para a ilha de Prinkipo? Mas o menino deveria ir à escola. Minha filha tinha necessariamente de receber atenção médica constante, condições de trabalho e uma vida familiar normal. Esse novo golpe superou a capacidade de resistência da enferma. Em 5 de janeiro se asfixiou com gás. Tinha 30 anos.

Em 1928, minha filha menor Nina (Nevelson), cujo marido foi encarcerado por Stálin há 5 anos e ainda se encontra incommunicável, teve de ser hospitalizada, pouco depois de eu ter sido exilado em Alma-Ata. Diagnosticou-se uma tuberculose aguda. Dirigiu-se uma carta puramente pessoal, sem a menor menção de questões políticas; os senhores a detiveram durante 70 dias, de maneira que quando lhe chegou minha resposta ela estava morta. Tinha 26 anos.

Durante minha estadia em Copenhague, onde minha esposa iniciou um tratamento para se curar de uma grave enfermidade, e onde eu me preparava para me submeter a uma cura, Stálin, por meio da agência TASS, denunciou falsamente à polícia europeia que em Copenhague estava para ocorrer uma “conferência trostkista”. Isso bastou para que o governo social-democrata fizesse a Stálin o favor de expulsar-me com rapidez febril, interrompendo consequentemente o tratamento que minha esposa necessitava. Mas neste caso, como em outros tantos, a unidade de Stálin com a polícia capitalista obedecia a objetivos políticos. Ainda assim a perseguição a minha filha não teve nenhum sinal de sentido político. A perda da cidadania soviética e, com isso, a única esperança de voltar a um ambiente normal e recuperar-se, juntamente com a expulsão de Berlim (indubitavelmente um serviço que a polícia alemã prestou a Stálin) não constitui senão um ato de vingança miserável e estúpido. Minha filha conhecia perfeitamente sua situação. Sabia que não podia estar segura em mãos da polícia europeia, que a perseguia a pedido de Stálin. Era consciente disso, e morreu em 5 de janeiro. Qualificou-se essa morte de “voluntária”. Não, não foi voluntária. Stálin a obrigou. Limite-me a informar, sem tirar conclusões. Logo chegará o momento de fazê-lo. O partido regenerado o fará.

(León Trotsky, *Escritos*, tomo IV, 1932-1933, vol.1, pág. 103, editorial Pluma)